nº 02 novembro/ 2008

UFG Afirmativa

Publicação da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás

Uma história de persistência

Pioneiros contam parte da trajetória de luta e obstinação de quem ousou sonhar a UFG

Cursos de Graduação UFG

Mais opções em 2009

CURSOS

- Administração
- Agronomia
- Artes Cênicas
- Artes Visuais (Artes Plásticas, Design de Interiores, Design Gráfico)
- Biblioteconomia
- Biomedicina
- Ciências Biológicas
- Ciência da Computação
- Ciências Contábeis
- Ciências Econômicas
- Ciências Sociais
- Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas)
- Design de Moda
- Direito
- Educação Física
- Educação Musical (Canto, Ensino Musical Escolar, Instrumento Musical)
- Enfermagem
- Engenharia de Alimentos
- Engenharia Civil
- Engenharia da Computação
- Engenharia Elétrica
- Engenharia de Minas
- Engenharia de Produção
- Farmácia
- Filosofia
- Física
- Geografia
- História
- Letras (Inglês, Espanhol, Francês, Italiano, Português, Estudos Lingüísticos, Estudos Literários)
- Matemática
- Medicina
- Medicina Veterinária
- Música (Canto, Composição, Instrumento Musical, Regência Coral)
- Musicoterapia
- Nutrição
- Odontologia
- Pedagogia
- Psicologia
- Química
- Zootecnia

NOVOS CURSOS

Goiânia

- Arquitetura e Urbanismo
- Bacharelado em Engenharia de Software
- Ciências Geoambientais
- Educação Musical (Inst. Music. – Trompete e Sax)
- Engenharia Ambiental
- Engenharia Florestal
- Engenharia Mecânica
- Engenharia Química
- Estatística
- Letras – Libras
- Música (Inst. Music. – Trompete e Sax)
- Química (Industrial)
- Sistemas de Informação
- Zootecnia

Jataí

- Direito
- Engenharia Florestal

Catalão

- Ciências Sociais
- Enfermagem
- Letras (Português / Inglês)
- Matemática Industrial

Goiás

- Filosofia
- Serviço Social

Primeiras instalações da Faculdade de Medicina de Goiás **10**

Alunos da Faculdade de Farmácia e Odontologia na década de 60 **14**

Estudantes de Engenharia na criação da UFG **20**

. Expediente 4
. Editorial 5
. Cronologia 6
. Galeria 8
. Família 9
. Medicina 10
. Farmácia 14
. Odontologia 16
. Música 18
. Engenharia 20
. Filosofia 26
. Ciências Sociais 30
. História 33
. Direito 35

Primeira turma da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras **26**

Reitor
Edward Madureira Brasil
Tel.: (62) 3521-1063
reitoria@reitoria.ufg.br

Vice-reitor
Benedito Ferreira Marques
Tel.: (62) 3521-1148
vicereitor@reitoria.ufg.br

Chefe de Gabinete
Walter Nilton Celestino da Silva
Tel.: (62) 3521-1146
wncelestinosilva@yahoo.com.br

Assessores da Reitoria
Nelson Cardoso Amaral
Tels.: (62) 3521-1146
nelson@reitoria.ufg.br

Tasso de Sousa Leite
Tel.: (62) 3521-1145
tasso@reitoria.ufg.br

Júlio César Prates (Serviço de Ouvidoria)
Tel.: (62) 3521-1149
julioprates@reitoria.ufg.br

Assessora de Imprensa
Silvana Coleta Santos Pereira
Tel.: (62) 3521-1309
silvanacoleta@gmail.com

Assessor de Relações Públicas
Venerando Ribeiro de Campos
Tel.: (62) 3521-1010
venerando@reitoria.ufg.br

Coord. de Assuntos Internacionais
Ofir Bergemann de Aguiar
Tel.: (62) 3521-1193
ofir@letras.ufg.br

Chefe Procuradoria Federal
Everaldo Rocha Bezerra da Silva
Tel.: (62) 3521-1194
everaldo@reitoria.ufg.br

Pró-reitora de Graduação (Prograd)
Sandramara Matias Chaves
Tel.: (62) 3521-1070
sandramara@prograd.ufg.br

Assessora da Prograd
Dalva Eterna Gonçalves Rosa
Tel.: (62) 3521-1070
dalva@prograd.ufg.br

Coord. dos Cursos de Licenciatura
Ivanilton José de Oliveira
Tel.: (62) 3521-1070
ivanilton.oliveira@hotmail.com

Coordenador de Bacharelado e Específicos da Profissão
Getúlio A. de Deus Júnior
Tel.: (62) 3521-1070
getulio@prograd.ufg.br

Coordenadora de Estágios
Marilda Shuvartz
Tel.: (62) 3521-1070
marilda@prograd.ufg.br

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
Divina das Dores de Paula Cardoso
Tel.: (62) 3521-1155
divina@prppg.ufg.br

Coord. Geral de Pós-Graduação
Dulce O. Amarante dos Santos
Tel.: (62) 3521-1314
doas@prppg.ufg.br

Coordenadora Geral de Pesquisa
Rita Gorete Amaral
Tel.: (62) 3521-1340
rita@prppg.ufg.br

Coord. de Transferência e Inovação Tecnológica
João Teodoro Pádua
Tel.: (62) 3521-1340
teodoro@prppg.ufg.br

Pró-reitor de Extensão e Cultura (Proec)
Anselmo Pessoa Neto
Tel.: (62) 3521-1198
apessoa@letras.ufg.br

Coordenadora de Extensão
Giselle Ottoni
Tel.: (62) 3521-1367
giselleottoni@proec.ufg.br

Pró-reitor de Administração e Finanças (Proad)
Orlando Afonso Valle do Amaral
Tel.: (62) 3521-105
orlando@proad.ufg.br

Coordenador de Administração
Leonardo Eustáquio Guimarães
Tel.: (62) 3521-1138
leg@proad.ufg.br

Coordenadora de Finanças
Alete Maria de Oliveira
Tel.: (62) 3521-1379
alete@proad.ufg.br

Coordenadora de Orçamento
Elcilane Régia Ribeiro de Araujo
Tel.: (62) 3521-1123
elcilane@proad.ufg.br

Pró-reitor de Desenv. Institucional e Recursos Humanos (Prodirh)
Jeblin Antônio Abraão
Tel.: (62) 3521-1030
jeblin@prodir.ufg.br

Coordenador de Planejamento
José Carlos Seraphin
Tel.: (62) 3521-1320
seraphin@mat.ufg.br
seraphin@prodirh.ufg.br

Coord. de Avaliação Institucional
Regina Beatriz Bevilacqua Vieira
Tel.: (62) 3521-1322
rbeatriz@prodirh.ufg.br

Pró-reitor de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom)
Ernando Melo Filizzola
Tel.: (62) 3209-6232
ernando@procom.ufg.br

Assessora do Gabinete
Norma Meneses Nunes Vitorino
Tel.: (62) 3209-6233
normavitorin@gmail.com

UFG AFIRMATIVA
Publicação da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás
Edição Novembro de 2008

Ascom
Reitoria da UFG – Câmpus Samambaia
Caixa Postal 131
Cep: 74001-970
Goiânia – GO
Telefones: (62) 3521-1310 / 3521-1311
Fax: (62) 3521-1169
www.ufg.br
imprensa@reitoria.ufg.br

Assessora de imprensa e editora-geral: Silvana Coleta
Editora: Maria Glória Alves
Repórter: Maria Glória Alves
Projeto editorial: Magno Medeiros
Projeto gráfico: Antônio Caixeta, Allan Braga
Editoração eletrônica e ilustração: Allan Braga
Fotografia: Carlos Siqueira e Vinícius Batista
Revisão de texto: Ana Paula Ribeiro Lopes, Maria José Soares
Equipe administrativa: Amália Magalhães e Leny Borges
Colaboração: Alfredo Mergulhão
Impressão: Centro Editorial e Gráfico da UFG (Cegraf)

O ideal de criação da UFG

A história da UFG pode, com certeza, ser considerada a história de muitas pessoas, estudantes, professores e sociedade goiana, que lutaram pela sua criação. É especialmente a história daqueles abnegados que não mediram esforços para que o sonho de fundar uma universidade pública em Goiás se tornasse realidade. A aprovação do projeto de criação da Universidade Federal de Goiás, no dia 14 de dezembro de 1960, foi o resultado do trabalho e do idealismo de seus fundadores.

A Faculdade de Direito (fundada em 1898 na antiga capital), a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1945), a Escola de Engenharia (1952), o Conservatório de Música (1956) e a Faculdade de Medicina (1960) compuseram a base desta que é hoje a nossa UFG. Contudo, instalar oficialmente a instituição foi uma missão de destemidos, que enfrentaram dificuldades e resistências de toda ordem para fazer emergir uma universidade no Brasil central.

As entrevistas e os artigos desta segunda edição da UFG Afirmativa trazem depoimentos de alguns dos pioneiros que lutaram contra o tempo, contra a burocracia e contra a falta de recursos. A vontade de ver surgir as escolas e a seguir a UFG, lançada como desafio, fez com que muitos lecionassem sem salário e não medissem esforços na busca por apoio logístico, técnico e financeiro.

E foi assim, protagonizada por amantes do ensino, idealistas, desprendidos, guerreiros por excelência, que parte significativa da história da UFG foi escrita. Hoje, orgulhosos de seus feitos, somos testemunhas do crescimento qualitativo e quantitativo da instituição, referência em ensino, pesquisa e extensão para toda a região Centro-Oeste.

Acredito que esta publicação seja um exemplo para toda a comunidade acadêmica de que vale a pena ousar, de que vale a pena sonhar. Para as pessoas envolvidas, entrevistados ou autores de artigos, a confirmação de que a educação deve ser sonhada coletivamente e de que nunca devemos nos acomodar. Para os leitores, espero que além do prazer da leitura, seja também um documento importante de parte da história da nossa universidade.

Professor Edward Madureira Brasil
Reitor da Universidade Federal de Goiás

1832 – O presidente da Província de Goiás, José Rodrigues Jardim, determina que haja, no Arraial de Cavalcante, um cirurgião para ministrar aulas de cirurgia às pessoas dedicadas a esse ofício – ato considerado pelos pesquisadores como o marco simbólico da implantação do ensino superior no estado de Goiás.

1898 – É fundada a Faculdade de Direito de Goiás, na Cidade de Goiás (Lei nº 614, de 03/01/1949), a primeira instituição de ensino superior do estado.

1945 – Em 12 de outubro, é fundada a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiaz. Os dois cursos nascem juntos, conforme a tradição à época. Seu primeiro endereço foi na Santa Casa de Misericórdia, na Av. Tocantins, no centro da capital.

1947 – O engenheiro Jerônymo Coimbra Bueno, então candidato ao Governo de Goiás pela extinta União Democrática Nacional (UDN), de oposição ao governador Pedro Ludovico Teixeira, prometia em palanque criar uma universidade na capital goiana.

– Em 12 de dezembro, é concedida a autorização oficial de funcionamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiaz pelo decreto Nº 24231.

1948 – Eleito governador de Goiás, Jerônymo Coimbra Bueno tenta cumprir sua promessa de campanha e encaminha projeto de lei para a criação da Universidade do Brasil Central para a Assembléia Legislativa. Mesmo aprovada, pela lei nº 192, de 20 de outubro de 1948, a instalação da universidade permanece inviável em face da insuficiência de recursos.

1952 – É criada a Escola de Engenharia do Brasil Central, no dia 13 de setembro de 1952, pelo Clube de Engenharia de Goiás. A escola é berço da Faculdade de Engenharia da UFG.

1956 – Criação do Conservatório Goiano de Música (Decreto nº 45.285, de 26/01/1959). A escola, particular de ensino, nasce a partir do desmembramento (em 1955) do Instituto de Música da Escola Goiana de Belas Artes.

– O deputado Emival Caiado encaminha ao Congresso Nacional o projeto de lei nº 1.374/56, que propõe a criação de uma universidade em Goiás.

1960 – O presidente Juscelino Kubitschek encaminha ao Congresso Nacional, no dia 26 de outubro de 1960, o projeto nº 2.357, que cria a Universidade Federal de Goiás.

– No dia 14 de dezembro de 1960 é aprovado o projeto de criação da Universidade Federal de Goiás, convertido na Lei nº 3.834-C.

– No dia 18 de dezembro de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek assina, em solenidade oficial, no Palácio do Governo do Estado de Goiás (Praça Cívica), a Lei nº 3.834-C, que institui a UFG.

1954 1956 1959 1960 1961

1954 – É autorizado, pelo Ministério da Educação, o funcionamento da Escola de Engenharia do Brasil Central (Decreto nº45.183, de 20/12/1960), no dia 6 de janeiro de 1954.

– Fundação da Escola Goiana de Belas Artes.

1959 – É proposta a criação de uma universidade federal em Goiás. O projeto – nº 382/59 – é de iniciativa do deputado federal Gerson de Castro.

– É criada a Faculdade de Medicina de Goiás (Decreto nº 48.061, de 07/04/1960).

– É fundada, no dia 23 de abril de 1959, a Frente Universitária Pró-Ensino Federal em Goiás, liderada pelo movimento estudantil goiano.

– É criada a Comissão Permanente para a Criação da Universidade do Brasil Central, liderada pelo professor Colemar Natal e Silva.

– Criação, no dia 17 de outubro de 1959, da Universidade do Brasil Central. A primeira instituição de ensino superior da região Centro-Oeste – uma conquista do movimento católico do Estado de Goiás . Na década de 70, a instituição seria rebatizada de Universidade Católica de Goiás.

– Primeira reunião, no dia 31 de outubro de 1959, dos diretores das cinco faculdades (Direito, Farmácia/Odontologia, Engenharia, Música e Medicina) que comporiam a Universidade Federal de Goiás e os presidentes dos centros acadêmicos, presidida

1961 – Instalação oficial da UFG, no dia 03 de fevereiro, em solenidade realizada no Salão Nobre da Faculdade de Direito (Centro), onde passou a funcionar provisoriamente a reitoria da universidade.

– No dia 7 de março de 1961 foi realizada a aula inaugural da UFG, no Teatro Goiânia.

Ex-Reitores

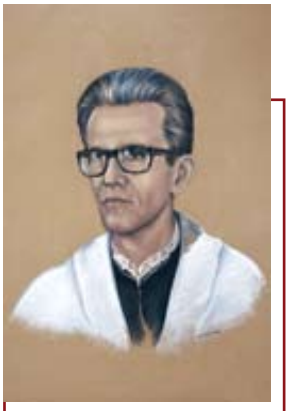
1961 - 1964

Professor Colemar Natal e Silva

1964

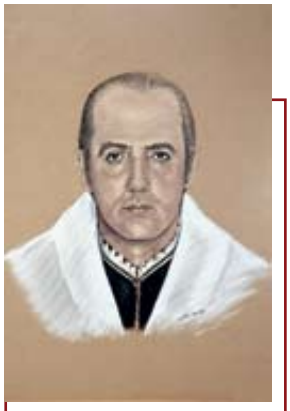
Professor José Martins D'Alvarez

1965 - 1968



Professor Jerônimo Geraldo de Queiroz

1969 - 1972

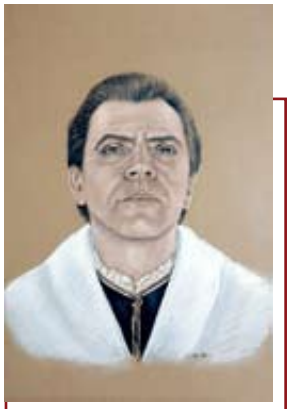


Professor Farnese Dias Maciel Neto

1973 - 1977

Professor Paulo de Bastos Perilo

1978 - 1981



Professor José Cruciano de Araújo

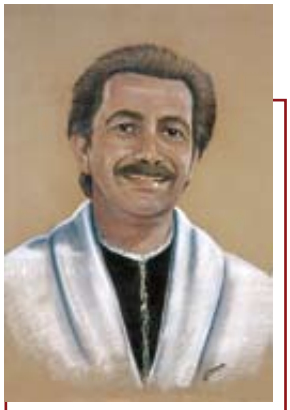
1982 - 1985

Professora Maria do Rosário Cassimiro

1986 - 1989

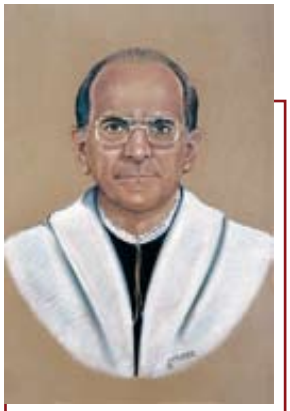
Professor Joel Pimentel Ulhôa

1990 - 1993



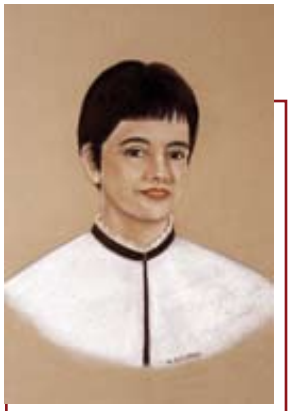
Professor Ricardo Freua Bufáiçal

1994 - 1997



Professor Ary Monteiro do Espirito Santo

1998 - 2001



Professora Milca Severino Pereira

Memórias de um guerreiro do ensino superior público

Filha de Colemar Natal e Silva relembra alguns fatos da história de vida do fundador da UFG

A primogênita do fundador da Universidade Federal de Goiás, a professora aposentada da Faculdade de Letras, Moema de Castro e Silva Olival, se incumbiu de uma grande tarefa: levar adiante a história de vida pública de seu pai, Colemar Natal e Silva.

Com esse objetivo publicou alguns livros de memórias. "A gente tem uma memória muito frágil. Ela desbota com o tempo. E diversas versões da história aparecem. Temos, então, que firmar isto para o futuro, para os pesquisadores", justifica.

Segundo Moema, Colemar era um homem público, político responsável e idealista, um grande líder, com ideais visionários, um 'soldado da cultura e da educação'. E foi com esse perfil – ela conta – que ele assumiu, no final da década de 50, o movimento, a princípio estudantil, pela criação da Universidade Federal de Goiás. "Ele não se deixou abater com as dificuldades. Ele venceu todos os obstáculos – de ordem política, financeira, técnica e operacional".

Apesar do espírito guerreiro, a filha de Colemar lembra de um fato que o deixou profundamente abalado. Em 1964, ele recebeu um telegrama do Governo Militar ordenando o fechamento do jornal *O 4º Poder*, criado em 1961. Conforme Moema, os militares achavam que o impresso disseminava os ideais comunistas, devendo então ser extinto. "O fechamento arbitrário do 4º Poder, um jornal que ele ajudou a criar, foi um de seus grandes pesares. Ele, sem dúvida, era um grande incentivador da imprensa universitária".

Moema revive histórias de Colemar em obras literárias

Além de acompanhar de perto a criação da Universidade Federal de Goiás, a professora também presenciou o nascimento da Faculdade de Letras. Nessa segunda história, ela deixou de ser figurante para ser também protagonista. Moema de Castro pertenceu ao primeiro quadro de professores da faculdade, que começou a funcionar em 1963 – dois anos depois da instituição da UFG. Anos depois, esteve à frente da implantação do curso de mestrado em Letras e Lingüística, sendo indicada para ser a coordenadora da área.

Colemar venceu obstáculos de toda ordem pela criação da UFG

Na história da Faculdade de Letras, a professora aponta o professor Egídio Turchi como o maior pioneiro da instituição. Ela o classifica com as seguintes qualidades: agregador, guerreiro e determinado. "O professor Egídio trabalhou – juntamente com outros pioneiros – por idealismo, ganhando pouco, mas se dedicando muito em prol de um ensino superior público e de qualidade. Resultado: a faculdade cresceu, tem dado bons frutos, e é hoje uma referência".

Faculdade de Medicina: uma missão de família, um ideal coletivo

Sonho de jovens médicos, a Faculdade de Medicina é fruto da determinação de Francisco Ludovico, que contou com o apoio do pai, então governador do estado de Goiás

A criação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás foi motivada por um pedido de mãe, feito no início da década de 1950. O desafio foi proposto por dona Iracema Caldas de Almeida, mãe do recém-formado médico Francisco Ludovico de Almeida Neto – hoje, professor emérito da Universidade Federal de Goiás.

Com o incentivo da mãe Iracema e o apoio irrestrito do pai, o então governador do estado de Goiás, José Ludovico de Almeida, eleito em 1955, Chico Ludovico – como é conhecido por muitos – foi em busca da realização desse sonho.

Na época, Francisco Ludovico morava e trabalhava no Rio de Janeiro, onde se formou em Medicina, em 1950. Já tinha se especializado em Cirurgia Geral, nos Estados Unidos, quando, em uma de suas visitas à capital goiana, dona Iracema convenceu-o a voltar, de vez, para o seu estado natal e a lutar pela implantação de uma faculdade local.

"Depois de pensar muito no assunto, resolvi deixar o Rio de Janeiro. Mesmo diante das boas perspectivas de crescimento profissional. Muitos acharam que eu estava louco, pois eu tinha acabado de passar em um concurso público. Mas eu estava decidido. Tive uma boa formação acadêmica e queria muito passar isso adiante. Era o meu ideal médico: criar a Faculdade de Medicina em Goiás".

Além do desafio proposto por dona Iracema, Chico Ludovico se incumbiu de uma outra missão, agora confiada pelo pai e governador: fazer a Faculdade de Medicina iniciar seu funcionamento no mês da inauguração de Brasília.

O filho, então, se pôs a correr atrás desse seu sonho de médico. Um ideal que, rapidamente, se tornou coletivo.

Chico Ludovico: A Faculdade de Medicina era um anseio generalizado, que teve o apoio e o respeito da sociedade

"A Faculdade Medicina não surgiu de uma iniciativa isolada e fortuita. Não foi a simples realização do desejo de um homem. Foi uma contingência do nosso desenvolvimento. Apareceu no exato momento em que deveria aparecer e contou, por ser a satisfação de um anseio generalizado, com o apoio e o respeito de todos os setores da coletividade", atesta.

Segundo Ludovico Neto, a primeira reunião da recém-criada Associação Médica de Goiás foi o marco inicial em que se lançou a semente para a criação da Faculdade de Medicina. Nesse encontro foi constituída uma comissão presdida por ele, para pensar e tentar viabilizar esse projeto coletivo.

"Ensinar é reencontrar o conhecimento – é fazê-lo desejado e principalmente útil. Ensinar é, necessariamente, despertar no ser humano o desejo de saber sempre mais. Esta tem sido a missão da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás".

Com essa responsabilidade a mais, Chico Ludovico colocou o pé na estrada. Foi conhecer as escolas de medicina do México e de vários países da América do Sul. Voltou com boas idéias e muitas dicas de experiências bem-sucedidas na área. Precisava agora colocá-las em prática. Para isso, contou com o apoio político e logístico do pai governador, que na época doou a área onde hoje funciona o HC. Além disso, José Ludovico abriu os canais de comunicação com o então presidente Juscelino Kubitschek, com quem tinha uma forte ligação.

"A interferência do presidente da República foi decisiva e imprescindível. Ele me deu toda a cobertura possível, me nomeando, inclusive, para assistente da Presidência da República para Assuntos do Ensino Superior. Era um cargo fictício, mas serviu para facilitar muitas coisas e abrir muitas portas", lembrou o médico.

Outras dificuldades – Mesmo com espaço físico garantido e o apoio político de importantes autoridades da época, o projeto de criação da escola esbarrou em uma questão técnica, a insuficiência de professores especializados. A solução encontrada foi buscar alguns profissionais fora do país. Da Itália, por exemplo, veio um professor de Anatomia. Da Espanha, um de Histologia. Além dos profissionais estrangeiros, o quadro de docentes foi composto por médicos goianos recém-formados.

"O salário dos professores da Faculdade foi custeado por mim, durante quase um ano. Cheguei a receber, no final do ano de 1960, uma verba para custear as minhas despesas com o pagamento de salários. Mas destinei parte do dinheiro para a faculdade, que investiu na construção de novas salas de aulas", explicou.

Vestibular – Vencidos todos os obstáculos para a criação da Escola de Medicina da UFG, autorizada pelo Conselho Nacional de Saúde e avalizada pelo presidente Juscelino Kubitschek, por meio do decreto 48.061, de 7 de abril de 1960, faltava agora a realização do vestibular.

"Aos vinte e três dias de março de mil novecentos e cincoenta e sete, sob os auspícios da Associação Médica de Goiás, na sede do Clube Universitário, em Goiânia, reuniram-se pessoas e entidades convidadas para que se fundasse a presente instituição...
Fez o histórico dos esforços da Associação Médica de Goiás no sentido de ser fundada a Faculdade de Medicina de Goiás, única faculdade que falta ao conjunto das que funcionam em Goiânia para que possamos ter uma universidade em nosso Estado. Salientou a operosidade do Dr. Francisco Ludovico de Almeida nesse sentido. Disse que a Associação Médica de Goiás, na função orientadora da criação da Faculdade de Medicina de Goiás, convocou a presente sessão para, ajudada com outras entidades, instituir a Associação Pró-Faculdade de Medicina de Goiás".

(trechos da ata da 1ª sessão da Associação Pró-Faculdade de Medicina de Goiás)

Essa foi uma história à parte. Como a implantação da escola só saiu em abril, a época regulamentar dos vestibulares já havia passado. Francisco Ludovico chegou a procurar, no Rio de Janeiro, o então diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação, Jurandir Lodi, para tentar uma saída para o problema. Mas Lodi foi 'taxativo' na resposta: "Não há mais tempo hábil para fazer vestibular e não vou iniciar uma faculdade estabelecendo calendário especial. Definitivamente, eu não autorizo".

Diante desse novo impasse, o médico decidiu, mais uma vez, recorrer às influências políticas. Por intermédio do governador José Ludovico, ele conseguiu expor o problema ao presidente Juscelino Kubitschek que, novamente, intercedeu a favor do goiano. O desfecho dessa história: foi autorizada a realização do vestibular em calendário especial. As provas ocorreram entre 18 e 20 de abril de 1960.

A primeira seleção para o curso de Medicina teve 178 inscritos – 33 foram aprovados. A aula inaugural foi ministrada pelo médico Áttila Gomes de Carvalho, diretor do Departamento Nacional de Endemias Rurais, no dia 24 de abril. Nascia definitivamente a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás. Seis anos depois a escola formava 33 médicos. Alguns desses primeiros médicos de Goiás atuam ainda hoje na profissão.

Primeira formatura da Medicina

Permita, senhoras e senhores, na abertura imediata desta colação, que eu ressalte o significado histórico da solenidade presente, enunciando a data e o acontecimento que ela assinala, os quais se inscreverão em letras de ouro nos anais da cultura goiana: 11 de dezembro de 1965! A Faculdade de Medicina (FM) da UFG se ufana de entregar ao Estado e ao Brasil a sua Primeira Turma de Médicos!

Em 24 de abril de 1960 assistíamos à instalação de nossa Faculdade de Medicina, verdadeira mensagem de esperança e de fé no progresso e na autodeterminação do povo goiano.

Destarte, a colação de grau da Turma Pioneira representa a consolidação das aspirações de quantos confiaram naquela mensagem, que a novel instituição, atestado insofismável da capacidade criadora de nossa gente, proclamou desde suas origens e, agora ratifica, projetando-se e impondo-se nos meios universitários do País, os quais a reconhecem como uma de suas expressões mais legítimas!...

A nossa Faculdade nasceu e vem se desenvolvendo com restrições materiais, reflexo das próprias condições do estado subdesenvolvido que lhe serviu de berço.

Contudo, tal configuração, ao invés de depreciá-la, enaltece-a, já que está concorde com seus princípios, seu espírito seja formar médicos habituados à nossa realidade, formar médicos conhecedores de nossa patologia regional, formar médicos sabedores de nossos problemas sociais e acima de tudo cônscios das responsabilidades aí implícitas.

A Faculdade de Medicina, alicerçada nestas diretrizes, edificou-se mercê um trabalho integrado, ombro a ombro, dos corpos docente e discente.

Desde o docente mais graduado até o simples bedel de nossos laboratórios, todos deram contribuições imensuráveis para o seu crescimento e aperfeiçoamento. Quão grato nos é recordar as pessoas de Enzo Necis, Raul Conde e Puig Serra, professores pioneiros que com desvelo ensaiaram nossos primeiros passos nos domínios da ciência médica, cuja segura orientação nos garantiu pronta aceitação e admiração de outras co-irmãs.

Transcorrido o primeiro ano de existência profícua, presenciamos felizes à instituição da Universidade Federal, sonho de longa data acalentado pela estudiosa juventude goiana e que, em oportuna época, tornava realidade, incorporando nossa atuante Faculdade.

À oportunidade, a primeira equipe de médicos aqui forjada reformula a mensagem de confiança inquebrável no grandioso porvir da FM/UFG e faz votos para que ela se torne autêntico monumento científico em nossa Pátria! Não podemos destacar todos os figurantes desta jornada histórica, verdadeira epopéia! Cumpre-nos, porém, num ato de justiça, salientar a pessoa daquele que, tendo granjeado de nós admiração e respeito, reconhecimento e gratidão, mereceu por escolha unânime esculpir seu nome inesquecível na lápide que legamos à posteridade, na qualidade de nosso paraninfo: Dr. Francisco Ludovico de Almeida Neto.

Caro Paraninfo: nós admiramos em vós o diretor dinâmico, baluarte infatigável, que, lutando com dificuldades e contra dificuldades, arrostou a opinião pessimista daqueles que não acreditaram na consecução de tão vultuoso empreendimento e removeu os obstáculos que o atravancavam. Nós respeitamos em vós um dos líderes no mundo do ensino médico por suas idéias renovadoras em face à calamitosa realidade sanitária de nossas populações rurais. Estimado Doutor Francisco, nós o reconhecemos por bandeira de nossos ideais alcançados, por símbolo de nossos anos realizados e tornamos pública a nossa gratidão ao homem cujo destino identificou-se com a própria destinação da Faculdade de Medicina, proclamando o conceito que dele formamos, expresso neste pensamento de Ramón y Cajal: "Toda grande obra, em arte como em ciência é o resultado de uma grande paixão posta ao serviço de uma grande idéia!"

Formandos da primeira turma da Faculdade de Medicina

1960 - 1965

Nós vos agradecemos, senhores professores, pelo ensinamento e pelos exemplos.

Rendemos preito de respeito ao cadáver desconhecido[...]. Este auxílio anônimo, imprescindível, nos valeu a capacidade de salvar vidas, inspirando-nos humildade e renúncia no exercício da atividade que, acima de profissão, é sacerdócio!

Esta festa magnífica não pertence apenas à Faculdade de Medicina. Ela foi carinhosamente elaborada pelos doutorandos para premiar aqueles aos quais cabem os louros desta vitória: nossos pais! Ao dirigirmo-nos a vós, amados pais, sentimos a voz embargada pela emoção e tememos que os nossos protestos de veneração não logrem comunicação através das palavras.

Meus colegas, irmãos em ideal, estamos prestes a partir demandando lugares diversos. Pesa-nos nos corações a angustiante nostalgia da separação!... Laboramos juntos seis anos e neste tempo construímos uma amizade sólida e sadia, a qual, embora longe uns dos outros, nos manterá eternamente em sintonia espiritual!

Texto do orador da primeira turma de Medicina da UFG, Pedro de Oliveira Mundim. Goiânia, 11 de dezembro de 1965.

HC de ontem e hoje: assistência, ensino e pesquisa

Apontado como um dos grandes responsáveis pelo ótimo desempenho do curso de Medicina da UFG – que está entre os seis melhores do país –, o Hospital das Clínicas (HC) tem uma história à parte, com capítulos marcados por ações de grande êxito.

Essa história começou há quase 50 anos. A implantação do hospital, em janeiro de 1962, contribuiu de forma decisiva para a consolidação do curso de Medicina no estado de Goiás. Em 1964, com apenas dois anos de existência, a imprensa goiana já previa seu destino: "Hospital das Clínicas da UFG – Esperança no campo assistencial".

O anúncio era do jornal *Correio de Itumbiara*. Na época, o diretor do hospital era o médico Geraldo Pedra e o reitor, Colemar Natal e Silva. Segundo o veículo, nessa época o hospital já se encontrava aparelhado, dispondo de 100 leitos e 140 funcionários. "O HC oferecia condições de trabalho não só ao corpo médico como também, e principalmente, aos alunos da faculdade e professores daquelas unidades de ensino superior".

Prédio do Hospital Geral do Estado (anos 50), que depois recebeu o nome de Hospital das Clínicas da UFG

Outro fator frisado pelo jornal é o trabalho totalmente gratuito do HC, capaz de promover a "aproximação da universidade com o povo, mantendo o alto sentido das escolas de ensino superior".

Hoje, alguns fatores credenciam o hospital, conferindo à unidade o reconhecimento internacional: é referência nacional em várias especialidades médicas. Possui centros de referência em tratamentos de epilepsia, coluna, esclerose múltipla, chagas. O HC destaca-se pelos núcleos de estudo de neurocirurgia, neuropediatria, neuropsiquiatria e neuroendocrinologia. Conta ainda com o terceiro maior serviço de oftalmologia universitário do país, que atende pelo SUS.

Testemunha – Primeiro funcionário da Faculdade de Medicina, Geraldo Queiroz Barreto, 74 anos, acompanhou de perto o nascimento e crescimento do Hospital das Clínicas.

Convidado pelo então diretor da faculdade, Francisco Ludovico de Almeida, Queiroz – nomeado, em 1960, pelo reitor Colemar Natal – exerceu durante 30 anos o cargo de secretário executivo da faculdade. Fez de tudo um pouco: atendeu às necessidades dos estudantes, dos servidores e também do público, que queria conhecer a nova faculdade e o seu mais novo hospital-escola, organizou todas as correspondências e também os vestibulares, fez os cadastros dos alunos e currículos dos professores.

O alicerce de duas faculdades

Quinze anos antes da criação da Universidade Federal de Goiás (1960), duas escolas de ensino superior começavam a escrever a sua história: a de Farmácia e a de Odontologia. Tradição na época, elas nasceram juntas, no dia 12 de outubro de 1945, sendo batizada de Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiaz.

A autorização oficial de funcionamento só saiu dois anos depois, no dia 12 de dezembro de 1947, por meio do decreto nº 24.231. O primeiro endereço da faculdade foi na Santa Casa de Misericórdia, na Avenida Tocantins, no Centro da capital. Essas instalações foram cedidas pela Conferência de São Vicente de Paula. A sede própria foi construída no Setor Universitário, sendo a pedra fundamental lançada no ano de 1953.

Na lista dos fundadores da unidade – fruto de um esforço conjunto – estão os farmacêuticos Rômulo Rocha e Carlos Augusto Godoy, e os então estudantes Marinho Lino de Araújo e Ramiro Campos Meireles. O primeiro diretor foi Agnelo Arlington Fleury Curado, que comandou a faculdade entre os anos de 1946 e 1952.

Em janeiro de 1948 ocorreu o primeiro vestibular da unidade, com a oferta de 30 vagas para cada habilitação. O curso de Farmácia teve 22 inscritos, o de Odontologia, 23. As aulas começaram em março desse mesmo ano. A colação de grau da primeira turma foi realizada no dia 16 de dezembro de 1950, no Cine Teatro Goiânia, com 25 formandos, sendo 14 do curso de Farmácia e 11 de Odontologia. O paraninfo da turma foi o professor Rômulo Rocha e o orador o aluno José Cruciano de Araújo.

A Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiaz foi incorporada à Universidade Federal de Goiás no dia 14 de dezembro de 1960, por meio da Lei nº 3.834-C. No dia 16 de janeiro de 1967, ocorreu o seu desdobramento: nasciam então as Faculdades de Farmácia e de Odontologia da Universidade Federal de Goiás (Lei nº 5.207).

Faculdade de Farmácia: da criação à conquista da sua autonomia

O testemunho de um farmacêutico nas duas fases da faculdade – antes e depois da sua integração à universidade

O professor aposentado da UFG, Jamil Issy, 79 anos, acompanhou de perto a história da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiaz, criada em 1945. Passou a atuar como protagonista a partir de 1951, quando ingressou na 4ª turma do curso de Farmácia. Ele recorda uma de suas atuações políticas e acadêmicas da época: uma viagem ao Rio de Janeiro, onde um grupo de estudantes e professores se reuniu com o Conselho Nacional de Educação com o objetivo de obter o reconhecimento oficial da faculdade.

Segundo Issy, além do reconhecimento, o grupo conquistou, com o Senado Federal, uma verba de 7,5 milhões de cruzeiros para três faculdades no estado, entre elas a de Farmácia. Para essa unidade, ele informa, foi destinado um volume de recursos de 2,5 milhões, utilizados na construção de sua sede própria, na Praça Universitária.

Já formado, após três anos de aprendizado, o professor integrou o movimento em prol da criação da Universidade Federal de Goiás. Nesse novo cenário político, Issy recorda um outro episódio. O cenário novamente era o Rio de Janeiro. Dessa vez, o grupo viajou até a capital com o objetivo de conquistar o apoio do presidente Juscelino Kubitschek à proposta de implantação de mais uma universidade no estado, uma vez que a Católica já tinha plantado sua semente.

"O grupo, de professores e estudantes, se instalou em frente à garagem do Palácio com o objetivo de interceptar o presidente da República na saída do prédio. Ao contrário do que se imaginava, ele desceu do carro e nos recebeu, de forma muito solícita. E mais: se posicionou favorável à implantação da UFG. Era tudo o que precisávamos", afirmou, lembrando da participação imprescindível, nesse contexto, do professor Colemar Natal e Silva. "Ele foi um guerreiro. Além de estar à frente dessa luta pró-UFG, ele se prestou ao papel de até office-boy, indo e vindo com processos para fazê-los andar mais rápido".

Jamil Issy revela os bastidores da criação da Faculdade de Odontologia

Ainda sobre os bastidores da luta pela criação da UFG, Jamil Issy revela um fato – desconhecido de muitos – que poderia significar a morte de um sonho de boa parte dos goianos, principalmente de estudantes. Segundo ele, o relator do projeto de implantação da universidade, o então senador Pedro Aleixo, tinha decidido, depois de uma conversa com uma personalidade religiosa no estado, se posicionar contra a UFG, utilizando os mesmos argumentos do movimento pró-Católica: de que Goiás não comportaria duas universidades.

"Felizmente, o senador mudou de opinião. E o responsável pelo trabalho de convencimento da importância da Universidade Federal para o nosso estado foi um político goiano, cujo nome prefiro não mencionar. Eu presenciei essa conversa entre os dois políticos. Sou testemunha do fato, só não tenho provas materiais para comprová-lo", assumiu.

Toxicologia – Antes mesmo da criação da UFG, Jamil Issy já integrava o quadro de docentes da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiaz. Continuou exercendo o cargo de professor de Toxicologia mesmo depois da integração à universodade, que pouco tempo depois se subdividiu em duas.

Já na nova fase da Faculdade de Farmácia, agora com vida própria, Issy assumiu a direção da escola, no período de 1970 a 1974. Em sua gestão, ele criou o Laboratório de Análises Clínicas Rômulo Rocha. "Um importante equipamento de estudo tinha de receber um importante nome, o de um dos fundadores da faculdade".

Faculdade de Odontologia e UFG: dois projetos, uma só finalidade

*Mário de Almeida Loyola**

Fazer um relato de como a Faculdade de Farmácia e Odontologia foi criada é como fazer uma abordagem preliminar dos fatos que culminaram na fundação da Universidade Federal de Goiás. Os dois eventos tinham em comum a mesma finalidade: a educação.

Ao analisar, corridos alguns anos, os acontecimentos que pairavam sobre o desenvolvimento do ensino superior em Goiás, logo se poderia identificar um vínculo entre os dois feitos: a universidade surge como um vigoroso rebento da Faculdade de Odontologia, um alongamento previsível da que se tornou a escola-mãe, como logo se verá.

Esses dois sucessos, as duas vitórias, merecem ser lembrados pela influência, sem medidas, para Goiás e toda a região do Brasil central, pelas oportunidades para que centenas, milhares de jovens alcançassem o nível superior, posição tão almejada. Analisando em detalhes todos os passos antes e após a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia, a lembrança de uma pessoa – Rômulo Rocha – se antepõe e predomina sobre as ações, que foram decisivas e culminantes na criação daqueles cursos.

Ele, a personagem de destaque dessa fase inicial, mantinha-se distante das atividades públicas, voltando-se para os assuntos pedagógicos. Era um educador, sim, mas num sentido restrito. Entremeio às suas preocupações cívicas, a pedagogia ocupava o mesmo espaço reservado pelas famílias ao desenvolvimento escolar das crianças. Alheio ao ambiente cultural, não era um letrado no sentido lato da palavra. Nenhuma publicação sua tem registro.

Homem sóbrio, de vida simples, era arredio aos acontecimentos sociais costumeiros, ainda que deles não se afastasse inteiramente. O tempo, ele o dividia entre a família e o trabalho – uma alta função na Secretaria da Saúde e Educação. Sua incumbência, como chefe de movimentado departamento daquele órgão, orientava-se para misteres diversos, entre os quais o de conceder licenças a pessoas que, embora desprovidas das aptidões indispensáveis à profissão farmacêutica ou odontológica, queriam exercê-las por considerar que podiam propiciar um modo de viver mais qualificado e generoso pelos ganhos esperados, enfim, com esperança de se tornarem pessoas gradas entre os moradores dos locais onde fixassem residência. Antes da concessão, o aspirante era submetido a uma prova que avaliava sua capacitação profissional.

Mário Loyola: "A criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia influenciou Goiás e toda a região do Brasil Central"

A Secretaria da Saúde e Educação funcionava num prédio da Avenida Tocantins, sendo o responsável pela pasta, na ocasião, o médico Dr. Aldemar Câmara. Um laboratório de análises clínicas, um consultório odontológico e outras atividades ligadas ao setor também funcionavam lá. Nicodemos e Aristodemo Jácomo eram, respectivamente, o laboratorista e o dentista.

A Goiânia daqueles anos teria pouco mais de trinta mil habitantes e raras opções de lazer. Tomar cerveja no fim do dia com os companheiros de trabalho era o que mais acontecia. Esses fatos, exaustivamente contados, relembram a amizade que existia entre Rômulo e o Dr. Nicodemos.

Numa daquelas tardes, o assunto, como de vezes sem conta, girava em torno das concessões dadas aos pretendentes a lidar com a saúde das pessoas, os 'práticos', como ainda são tratados.

À mesa estavam Rômulo e o Dr. Nicodemos, este, como de costume, comentando sobre as licenças que, contrariado, sempre concedia. Entediado de tanto ouvir a mesma história e querendo encerrar aquela fala já cansativa, o Dr. Nicodemos faz um comentário 'despretensioso': "É só criar uma faculdade".

Essa frase, dita para pôr fim à enfadonha prosa, foi para Rômulo como o acender de uma luz, o abrir de uma porta. "Por que não pensei nisto antes?" – provavelmente sofismou. Conversou em primeiro lugar com Dr. Aldemar Câmera, secretário de e Saúde e Educação. Dele recebeu de imediato, além do apoio, expressivo incentivo, finalizando a audiência, deve ter repetido para o Rômulo o conselho real: "Põe esta coroa sobre tua cabeça".

Outras palavras animadoras vieram do lado do Dr. Aristodemo Jácomo, cirurgião-dentista, muito respeitado pelos colegas. A iniciativa continuou tendo o assentimento de quantos eram sondados. O apoio decisivo veio de D. Emanuel Gomes de Oliveira, arcebispo de Goiás, reconhecido pedagogo.

Essa adesão muito pesou, não apenas por seu incontestável prestígio, mas também pela estima que gozava de quantos deles se aproximavam. Seu conceito cresceu ao longo de uma vida como educador por tantas realizações no campo educacional e pelo apoio material que ele disponibilizou, sem o qual nada teria sido realizado.

A Sociedade São Vicente de Paula, da qual ele era o presidente, cedeu, primeiramente, um pavilhão, depois outro, ambos antes destinados à ampliação dos serviços que a Santa Casa de Misericórdia prestava à população. Durante anos as duas escolas, de Farmácia e Odontologia, funcionaram nessas dependências. Aceitando como justa a constatação de ter Rômulo Rocha o mérito maior na criação das duas faculdades, há que se reconhecer, ainda, as evidências sinalizadoras do amadurecimento da comunidade goiana quando instituiu o ensino superior na nova capital. A participação de dois jovens, Marinho Lino de Araújo e Ramiro de Campos Meireles, dois valentes escudeiros, bem simboliza aquela fase.

As adesões do professor Agnelo Fleury Curado, personalidade da maior representatividade na cultura goiana, conhecedor, estudioso e praticante do campo farmacêutico, cultor do gosto em ensinar, com a postura fidalga que lhe era própria, bem como de Célio Bizzoto, inteligência rara, estudioso compulsivo, reconhecido por sua competência de cirurgião-dentista, foram decisivas para formar o quadro docente da novel faculdade.

O abono desses eminentes profissionais teve o condão de influenciar o mundo acadêmico a que pertenciam, sendo sua adesão importante estímulo recebido por Rômulo. Em 1950, num ambiente simples, mas cheio de grandeza e emoção, procedeu-se à solenidade de outorga dos diplomas aos novos farmacêuticos e cirurgiões dentistas. Para Rômulo Rocha foi o instante do coroamento do seu sonho, exemplo de iniciativa, coragem, idealismo, intrepidez. A ele o nosso reconhecimento, as nossas homenagens.

***Mário de Almeida Loyola é especialista em prótese dentária e professor aposentado da Faculdade de Odontologia da UFG.**

Escola de Música: uma história de quatro mulheres

Motivadas pelo idealismo as professoras conseguiram integrar o Conservatório Goiano de Música à UFG

Em 1955, um grupo de talentosas musicistas, formado por Belkiss Spenziere Carneiro de Mendonça, Maria Lucy Veiga Teixeira, Maria Luíza Póvoa da Cruz e Dalva Pires Machado Bragança, foi convocado pelo então diretor da Escola Goiana de Belas Artes, Luiz do Carmo Curado, para uma importante missão: criar o Conservatório Goiano de Música.

Essas quatro mulheres toparam e venceram o desafio, incentivadas por uma outra grande musicista, a pianista Nhanhá do Couto, uma das pioneiras da música em Goiás, avó de Belkiss Spenziere. Um ano depois a idéia ganhou forma e nova unidade de ensino superior, de caráter privado, começou a funcionar, dentro da Faculdade de Direito, com o reconhecimento oficial do Ministério da Educação. Segundo a musicista Maria Lucy, 81 anos, o conservatório, dirigido pela pianista Belkiss, era considerado de alto nível, os cursos eram bastante procurados e as salas de aula estavam sempre cheias. "Formamos muitos bons profissionais".

Mas, apesar da grande demanda, admite a professora, a escola viveu sua primeira fase com grandes dificuldades financeiras e funcionando sempre em espaços cedidos por outras instituições. Foram quatro anos mudando de um canto para o outro, sem contar com nenhuma subvenção e se mantendo apenas com o dinheiro das mensalidades dos alunos. A pequena equipe de professores trabalhou, por um bom tempo, sem remuneração. "Todo o dinheiro que entrava era para comprar equipamentos, materiais de escritório etc. Era, enfim, para manter o conservatório", diz a mestre, que durante toda a sua vida profissional lecionou Teoria musical e Solvejo.

O suporte financeiro que tanto almejavam veio em 1960, quando a instituição passou a fazer parte da Universidade Federal de Goiás.

Maria Lucy: "Percorremos um longo e árduo caminho, mas felizmente conseguimos nosso objetivo, consolidar o Conservatório Goiano de Música

"Pleiteamos muito isso. Mas não foi fácil. Percorremos um longo e árduo caminho. Na época correram notícias de que não seríamos integrados à UFG. Tivemos de recorrer a políticos", explica.

Uma das figuras políticas que apontou caminhos para o grupo foi o deputado federal Gerson de Castro Costa. Seguindo orientações do parlamentar, as musicistas foram falar diretamente com o então Presidente da República, Juscelino Kubitschek. Em Brasília, tiveram a notícia de que o presidente estava embarcando, no momento, em um vôo para Pernambuco. "Corremos para o aeroporto. Conseguimos, enfim, que o nosso documento, solicitando a integração do conservatório à UFG, chegasse às mãos de Juscelino, dentro mesmo do avião. Felizmente, seu despacho foi favorável à nossa reivindicação", recorda Lucy.

Nova fase – Um despacho presidencial, feito dentro de uma aeronave, efetivou a integração do Conservatório Goiano de Música a tão sonhada vaga da UFG. Já vinculada à universidade, a escola cresceu, ganhou novo impulso e novos professores. Juntamente com outras modalidades artísticas, transformou-se no Instituto de Belas Artes da Universidade Federal de Goiás.

Em 1961, as fundadoras do conservatório foram nomeadas, pelo presidente Juscelino, professoras efetivas da universidade. E a musicista Belkiss Spenziere foi confirmada no comando da escola, cargo que exerceu durante mais de 20 anos. Com a contratação, já por concurso público, de novos professores e a melhor instrumentalização das aulas práticas, os cursos de Música formaram profissionais altamente capacitados. "Tivemos contribuições de grandes mestres da música, como de Maria Luíza de Matos Priori, Edmar Ferreti, do maestro Camargo Guarnieri. Eles ministraram pequenas oficinas. Tudo isso contribuiu para a formação de nossos alunos, que em concursos nacionais eram sempre os primeiros colocados", recorda Lucy.

Dedicação – Movida a idealismo e paixão pela música, a professora Maria Lucy dedicou-se integralmente ao Instituto de Belas Artes durante 28 anos. Seu maior trabalho dentro da universidade, ela aponta, foi a criação do Coral da UFG, que nasceu nos primeiros anos da instituição. "Recrutei gente de todos os cantos da universidade, porque, para integrar um coral, a pessoa não precisa, necessariamente, ser músico. Basta gostar de cantar. Com o trabalho de repetição, todos aprendem", explica. Esse grupo de artistas, por diversas vezes, representou a UFG em eventos culturais pelo Brasil afora.

Constam na lista de viagens do Coral da UFG, por exemplo, passagens pelo Rio de Janeiro, Uberaba, Uberlândia, Teresina, Fortaleza, São Luís. Em 1974, o grupo chegou a ser premiado no Festival Internacional de Corais, ocorrido no Rio Grande do Sul. "Esse coral existiu por mais de 20 anos. Infelizmente, ele acabou morrendo com o meu afastamento da escola, em 1983", lamenta.

Universidade Federal de Goiás: um sonho de estudante

A Frente Universitária Pró-Ensino Federal, criada em 1959, promoveu intensa e criativa luta rumo a uma universidade pública, de qualidade

A Universidade Federal de Goiás de hoje é fruto de uma sementinha plantada e regada, há quase 40 anos, pelos estudantes. Jovens que desejavam estudar em uma universidade acessível a todas as classes sociais, gratuita e de qualidade, em que houvesse "liberdade de cátedra, de ensino e de manifestação". O modelo idealizado pelos estudantes da época foi além: queriam uma universidade em que os professores fossem admitidos por concurso seletivo de competência intelectual e que houvesse condições financeiras que facilitassem as pesquisas culturais e científicas e "não o comércio do ensino, a venda mercantilizada e bitolada da cultura".

O protagonismo estudantil nessa história é atestado pelo professor Orlando Ferreira de Castro, um dos líderes do movimento estudantil no final dos anos 50. Na época estudante da Escola de Engenharia do Brasil Central, Orlando presidiu, no dia 23 de abril de 1959, na sede administrativa da União Estadual de Estudantes (UEE), a reunião que deu origem à Frente Universitária Pró-Ensino Federal. "Através de seus filiados, a Frente, nome de guerra, promoveu intensa e criativa luta rumo aos seus objetivos: a criação da Universidade Federal de Goiás".

Para ele, a criação da Frente Universitária marcou o final de um período da história de nascimento da UFG. Orlando gosta de classificar a história do ensino superior goiano em duas épocas: pré-história e história. "Os limites da pré-história estenderam-se de 1832 – ano em que o presidente da Província de Goiás determinou que houvesse no Arraial de Cavalcante um cirurgião que ministrasse aulas de cirurgia às pessoas dedicadas a este ofício – até os meados do século 20, quando se criou a Frente. Estes dois fatos se entrelaçaram com os da história atual, em que se insere a Universidade Federal de Goiás, criada em dezembro de 1959", conta.

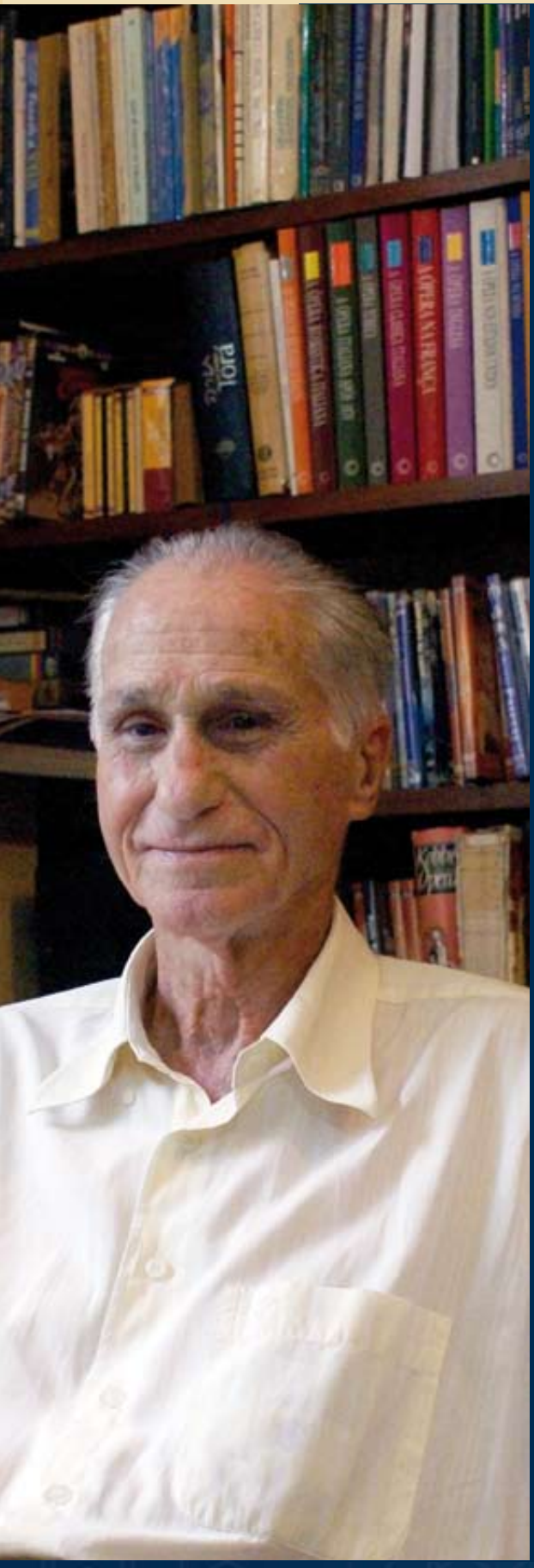
Ainda dentro do contexto da pré-história, o professor relata que a primeira vez que ouviu falar em universidade foi por meio de um discurso de campanha política, em 1946. Na ocasião, o engenheiro Jerônymo Coimbra Bueno, candidato ao governo de Goiás pela extinta União Democrática Nacional (UDN), de oposição ao governador Pedro Ludovico Teixeira, prometia em palanque criar uma universidade na capital goiana. "Nós precisamos criar uma universidade em Goiânia porque os moços daqui vão estudar no Rio de Janeiro e terminam ficando por lá. Por isso, as moças desta terra perdem seus namorados e noivos. Logo, toda moça que não quiser ficar para titia deve votar em mim", relembra Orlando o discurso de Coimbra Bueno.

Eleito governador de Goiás, Jerônymo tentou cumprir sua promessa de campanha, encaminhando projeto de lei de criação da Universidade do Brasil Central para a Assembléia Legislativa. O texto foi aprovado por meio da Lei nº 192, de 20 de outubro de 1948. Porém, diz o professor, a iniciativa não vingou em razão da insuficiência de recursos financeiros para a instalação da universidade. "Mas a influência dele nessa história foi incontestável. Tanto que a atual Escola de Engenharia Civil da UFG foi criada pelo Clube de Engenharia de Goiás, em 13 de setembro de 1952, com o nome de Escola de Engenharia do Brasil Central", frisa.

Frente – Mesmo com o fracasso da criação da Universidade do Brasil Central, os estudantes não cessaram sua luta por uma universidade pública e de qualidade. O fato acabou provocando novas injeções de ânimo nessa batalha – ainda não vencida. Foi dentro desse contexto de indignação pela morte prematura de uma sementinha que começava a germinar que nasceu a Frente Universitária Pró-Ensino Federal, a primeira a empregar a denominação Universidade Federal de Goiás. Eram cogitados na época vários nomes, como Universidade Pública, Universidade Nacional, Universidade do Governo Federal, Universidade Federalizada e até mesmo a recriação da Universidade do Brasil Central.

A partir de então, a Frente iniciou uma série de atividades e manifestações – com o apoio popular – com um único objetivo: ver nascer a UFG. Foram realizadas audiências com autoridades, debates em salas de aulas, assembléias estudantis, panfletagens em vias públicas para sensibilizar a população, viagens a Brasília.

Diante da morosidade dos políticos em aprovar a criação de uma universidade federalizada em Goiás e da agilidade da igreja católica em fundar uma instituição universitária, os estudantes resolveram ser mais ostensivos. "Alguns estudantes ficaram agressivos com aqueles que eram contrários à nossa causa. Recordo, inclusive, de brigas. Nós todos estávamos inseguros, pois temíamos que o Congresso Nacional não aprovasse de uma só vez a criação de duas universidades para Goiás", diz o professor.



Orlando de Castro: "O modelo idealizado pelos estudantes era de uma universidade em que houvesse condições financeiras para pesquisas culturais e científicas"

Segundo Orlando de Castro, a Frente Universitária tinha como forte opositor o representante maior da igreja em Goiás, o então arcebispo da Arquidiocese de Goiânia, dom Fernando Gomes dos Santos, que lutou intensamente pela criação de uma universidade católica. Com o passar do tempo e o desenrolar dos fatos, as divergências entre os movimentos religiosos e estudantis se acirraram.

Em resposta ao rótulo de comunistas, os estudantes publicaram, por meio da Frente, notas de repúdio e esclarecimento em impressos locais. Em um trecho de uma carta, datada do dia 22 de junho de 1959, o movimento dizia o seguinte: "Não, senhores pais de família; não, senhores deputados; não, povo goiano; o movimento pró Universidade Federal não é de comunistas; é dos idealistas, é dos estudantes que derramaram seu sangue, nas ruas de Goiânia, na memorável noite de 5 de março, pelo barateamento do ensino particular".

Ânimos acirrados – Na luta pela criação de uma universidade no estado de Goiás, o movimento católico conseguiu sair na frente: no dia 17 de outubro de 1959, a Igreja de Goiânia aprovou a criação da Universidade do Brasil Central, a primeira instituição de ensino superior da região Centro-Oeste do país. Na década de 70, a instituição seria rebatizada de Universidade Católica de Goiás.

Em uma manifestação 'polêmica' realizada nas ruas centrais de Goiânia, os estudantes

demonstraram o seu descontentamento, no dia 21 de outubro de 1959. "Foi um movimento político muito grande, talvez o maior de nossa época – comparado ao das Diretas Já".

Logo após a manifestação, a Frente Universitária passou a contar com o apoio do então diretor da Faculdade de Direito, o professor Colemar Natal e Silva. Ele passou a assumir, com a maior presteza e determinação, a luta iniciada pelos estudantes. Tornou-se líder. Foi um guerreiro em prontidão. "Colemar foi muito ágil. Correu, literalmente, contra o tempo. Providenciou tudo – de questões burocráticas a verbas para a instalação da UFG, viabilizando inclusive uma verba de 121 milhões de cruzeiros", diz Orlando de Castro.

A 'correria' no processo de criação da universidade tinha uma justificativa: eram fortes os boatos de que o próximo presidente, Jânio Quadros, iria acabar com todos os projetos iniciados na gestão de JK. "Tínhamos que ser ágeis, em tudo. Era preciso consolidar a criação da UFG e efetivar o nome de Colemar Natal para primeiro reitor da instituição".

Enfim, depois de muita correria, com idas e vindas de Colemar Natal e Silva a Brasília e ao Rio de Janeiro, capitais das decisões políticas, o projeto de criação da Universidade Federal de Goiás foi encaminhado pelo presidente Juscelino Kubitschek para o Congresso Nacional no dia 14 de dezembro de 1960. Quatro dias depois, JK participou da solenidade oficial de assinatura da Lei nº 3.834-C, realizada em Goiânia, no Palácio do Governo.

Juscelino sanciona a lei que cria a UFG (lei 3834-C). O evento é acompanhado por uma multdão, reunida na Praça Cívica (foto menor), no dia 14/12/1960

Faculdade de Engenharia: uma escola pioneira

A história da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Goiás começou a ser escrita no início da década de 50. É fruto de uma outra escola, a de Engenharia do Brasil Central, criada no dia 13 de setembro de 1952, pelo Clube de Engenharia de Goiás.

Segundo o professor Orlando de Castro, a participação dos estudantes na vida da primeira escola foi marcante e decisiva, a ponto de garantir a sua existência até a criação da segunda escola – a da Faculdade de Engenharia da UFG. "O movimento pela sua criação foi liderado por um pequeno grupo de alunos, formado por mim, Argelino Ferreira do Amaral, Júlio Cesário de Sousa, Braz Ludovico de Almeida e Hélio Marques. Todos vivos. Elaboramos processos e relatórios. Assumimos todas as despesas que surgiram desse processo. Foi muito trabalho. Mas, finalmente, conseguimos o aval das instâncias superiores", conta. A liberação de funcionamento da Escola de Engenharia do Brasil Central foi assinada oficialmente, pelo Ministério da Educação, no dia 6 de janeiro de 1954.

Mas a autorização do ministério não garantiu o seu pleno funcionamento. Em 1957, a escola passou por uma crise muito grande e quase fechou as suas portas. O seu declínio começou com a saída do então diretor da instituição, Oton Nascimento. Ele se desligou da escola, a pedido do governador do estado de Goiás, para assumir o cargo de presidente da Celg, no dia 16 de abril de 1957.

Com a saída de Oton Nascimento, vários outros professores resolveram renunciar ao cargo. "Eles tinham esse direito, pois não recebiam salários. Lecionavam gratuitamente, por idealismo. No princípio era assim", comenta Orlando. Resultado disso tudo: escola sem mestres, 38 alunos sem aulas. Parou quase tudo, por quase um semestre.

O desfecho dessa história – que tinha tudo para ser infeliz – foi alterado graças à intervenção dos próprios alunos. Eles foram, garante Orlando, os 'salvadores da escola'. Os estudantes se viraram como puderam para garantir as aulas do curso, atuando, ao mesmo tempo, em dois papéis distintos: ora eram alunos, ora eram professores. "Aluno foi dar aula para aluno. Estudantes do 4º ano foram dar aulas para estudantes do 3º. E assim ocorreu: os mais graduados ensinaram os menos graduados. Eu, que estava no 3º ano, fui dar aulas de desenho técnico para o 2º. Entre uma função e outra, corríamos atrás de novos professores para a escola. Conseguimos então reativar as atividades acadêmicas", recorda Orlando de Castro, que na época era presidente do Diretório Acadêmico do curso de Engenharia. "Fui eleito com a promessa de salvar a escola. E cumpri".

Biblioteca da Faculdade de Engenharia, em 1963

"A história da posse de Colemar Natal foi rocambolesca. Ele teve que se virar, antes que vencesse seu prazo (a posse de Jânio), para pegar as assinaturas que lhe davam o direito de assumir o cargo de reitor. Foi a Brasília, seqüestrou o livro de posse, viajou clandestinamente de avião para o Rio de Janeiro, onde morava e se encontrava o ministro da Educação, Clovis Salgado, acordou-o no meio da noite, pegou a sua assinatura, voltou para Brasília e devolveu o livro no Ministério da Educação – como havia prometido. Tudo isso feito em poucas horas. Colemar conseguiu voltar a Goiânia já nos últimos minutos do dia 31 de janeiro de 1960 – devidamente empossado pelo ministro. O Jânio Quadros assumiu a Presidência nesse mesmo dia. Mas Colemar Natal tinha uma sorte muito grande. O chefe de gabinete da Casa Civil, Ademar Martins, era muito seu amigo. Foram colegas do curso de Direito na década de 20, no Rio de Janeiro. Ao ser procurado pelo então reitor, Martins o tranqüilizou: Não se preocupe. Deixa as coisas por minha conta. Bom, a partir daí, as coisas realmente foram facilitadas e no dia 3 de fevereiro de 1960 a Universidade Federal de Goiás foi instalada em Goiânia, na Faculdade de Direito."

Memórias do primeiro graduado da UFG

Aluno de Engenharia gradua-se pela UFG, em 1961, no primeiro ano de atividades acadêmicas da instituição

Não houve formandos na Escola de Engenharia do Brasil Central (EEBC) em 1960. Dos oito estudantes que se formariam naquele ano, somente um obteve aprovação direta e o restante teve que fazer segunda época para conseguir a graduação. Com isso, a festa de formatura da turma teve que ser adiada para o ano seguinte, e o único aprovado da sala foi obrigado a esperar os colegas para receber as honras. Ele não gostou, é claro, pois não recebeu seu diploma. No entanto, em abril de 1961, um fato novo modificou a história da sua vida acadêmica, de seus colegas e de Goiás. O Ministério da Educação reconheceu a UFG – que encampou a EEBC – e José Rubens Ambrósio teve a glória de ser a primeira pessoa a receber um "canudo" com a chancela da instituição.

Ele se formou em Engenharia Civil e casou-se com a primeira mulher a se graduar na mesma profissão pela UFG, a engenheira Jane Laboissière. Pai de seis filhos, entre eles a professora Ana Paula Ambrósio, do Instituto de Informática da UFG, veio de Catalão para Goiânia ainda com 17 anos de idade, para estudar.

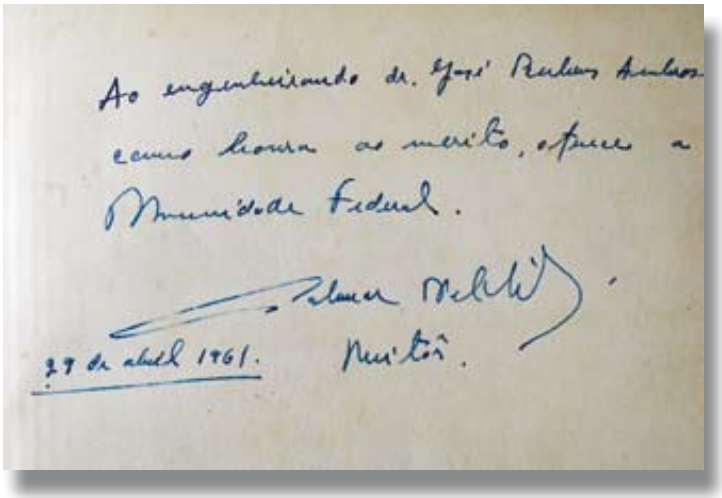
Após o reconhecimento da UFG, o professor Colemar Natal e Silva, primeiro reitor, apresentou-se para fazer a solenidade inaugural da recém-criada instituição: a cerimônia de formatura dos estudantes da Escola de Engenharia (EE). A solenidade, realizada no Cine Goiânia, em 29 de abril de 1961, teve todas as despesas custeadas pela UFG. O reitor fez questão de que José Rubens Ambrósio fizesse o juramento em nome da turma e que fosse o primeiro a receber o diploma. Deu-lhe de presente uma coleção de livros de engenharia – que eram raros e caros na época – e escreveu uma dedicatória ao engenheirando, que era chamado assim por ainda não ter a carteirinha do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea).

A comemoração ainda lhe rendeu mais uma homenagem: o recebimento de uma medalha de Honra ao Mérito da Escola de Engenharia. "Eu pedi à direção da EE que me fizesse uma carta para eu poder assegurar a veracidade da medalha, e não dar abertura para dizerem depois que eu mandei fazê-la", enfatizou José Rubens.

Dificuldades acadêmicas – Ser graduado naquela época da história do Brasil representava uma mudança substancial na vida das pessoas. Na década de 60, os alunos saíam da universidade com várias propostas de trabalho, uma vez que o número de faculdades era reduzido, e sobravam vagas no mercado para profissionais qualificados. Praticamente só existiam as federais. As de Engenharia somente em São Paulo e Rio de Janeiro. Para quem dependia dos estudos para construir um futuro diferente, no interior do país, era imprescindível uma instituição de ensino superior acessível.

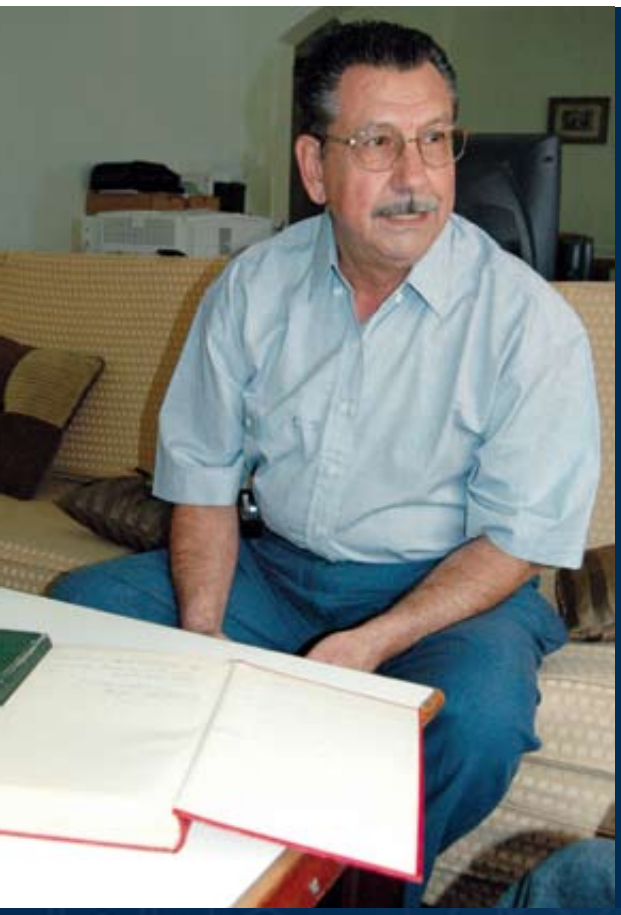
Quando a Universidade Federal de Goiás foi reconhecida, possuía apenas cinco cursos de graduação: Direito, Farmácia, Odontologia, Medicina e Engenharia Civil, e era bem diferente de hoje, prestes a completar 46 anos. A Escola de Engenharia, por exemplo, não tinha sede. Pelo contrário, quando foi fundada, em 1954, a EE funcionava em duas salas do Colégio Liceu de Goiânia. Em uma trabalhava a direção do curso, e na outra eram realizadas as aulas do primeiro ano. Nos dois anos seguintes foram construídas mais duas salas, para a segunda e para a terceira turma que ingressaram na EE.

Os professores eram os engenheiros da cidade, que lecionavam sem receber nada. Com isso, as aulas eram dadas de acordo com a disponibilidade do docente. "A gente assistia aula de manhã, à noite, no domingo. O horário era a combinar", lembra José Rubens. Não tinha biblioteca nem laboratórios para os estudos, que eram feitos por meio de


Ao engenheirando dr. José Rubens Ambrós-
como honra ao mérito, oferece a
Mutualidade Federal.
29 de abril 1961.
Muitos.

apostilas. Os livros eram somente para quem podia comprá-los, o que não era o caso da maioria dos matriculados no curso. Diante da escassez de suporte educacional, ele não imaginava o crescimento que a instituição teve no decorrer da sua história. "O contato que tenho com a universidade atualmente é feito pelo pessoal que se forma e vem trabalhar comigo, e hoje a UFG é uma potência", afirmou.

Com o passar dos anos, as salas do Liceu ficaram pequenas. Os estudantes descobriram, então, que o prédio onde hoje funciona o Hospital das Clínicas da UFG (HC) estava pronto e totalmente vazio. Como não havia um só equipamento dentro dele, foram atrás do Secretário Estadual da Educação da época, José Feliciano Ferreira – que posteriormente foi governador de Goiás entre os anos de 1959 e 1961 –, para pedir que o edifício do hospital fosse cedido à Escola de Engenharia do Brasil Central. "Nós íamos todos os dias conversar com ele. Insistimos até a autorização da mudança", recordou José Rubens.



José Ambrósio: primeiro e único formando do curso de Engenharia da UFG, diplomado em abril de 1961

Quando a EE mudou-se para o Hospital das Clínicas, a dificuldade passou a ser de locomoção, pois ficava longe do centro da cidade na época. "Todos os dias nós saíamos de casa e aos poucos íamos nos juntando para subir o morro a pé, onde é a Praça Botafogo, até o HC. Vinha gente das avenidas Anhangüera, Paranaíba, de todo o centro. Para voltar era a mesma coisa. Somente uma ou duas pessoas tinham moto, e carro ninguém tinha".

Mudança de vida – José Rubens Ambrósio, quando chegou a Goiânia, morou em quartos nos fundos das casas do centro da cidade, na região da Avenida Paranaíba, muitos deles com chão de terra batida e chuveiro de água fria. Para almoçar, ele recorria a pensões. Mas depois das dificuldades de universitário, construiu uma carreira notável.

Logo que se formou, José Rubens foi contratado por uma empresa multinacional e foi para São Paulo. Passou 15 anos da sua vida nesse emprego, dez deles no exterior. Quando voltou ao Brasil, foi prestar seus serviços para a Eletronorte, responsável pela energia elétrica de 60% do território brasileiro, e lá ficou até a sua aposentadoria, em 1991.

Hoje, aos 72 anos, mora em Brasília e presta consultoria a empresas do ramo de todo o Brasil. Fazer um curso de graduação foi fundamental na sua vida. Entretanto, reconhece que não é o bastante para traçar uma carreira como a sua, na atualidade. "Hoje, para ter uma mudança na vida profissional, é preciso ter um doutorado", avaliou.

Faculdade de Filosofia: uma missão telefonada

Convite para assumir a luta pela criação da Faculdade de Filosofia foi feito por telefone, por Colemar Natal e Silva

Um telefonema mudou os rumos de vida de um casal, que estava de malas prontas para se mudar para a mais nova capital brasileira. E mais: provocou o surgimento de uma importante instituição de ensino superior, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás, berço dos Institutos de Ciências Humanas e Letras, de Matemática e Física e da Faculdade de Educação. Assim o professor aposentado de latim, Egídio Turchi, introduz a história de criação da, hoje, Faculdade de Letras.

Na véspera da viagem para Brasília, onde iria buscar melhores condições de trabalho, Egídio recebeu um telefonema. Do outro lado da linha estaria o recém-empossado reitor (e mentor) da UFG, Colemar Natal e Silva, que confiava a ele a missão de criar uma faculdade de Filosofia, eliminando-se assim qualquer plano de mudança da família. Diante das novas e atraentes perspectivas que o convite poderia trazer, Turchi aceitou o desafio.

Nascido na Itália, na cidade de Sãn Benedilto, em 1919, Turchi veio para o Brasil em 1935, aos 16 anos, com a intenção de ser um missionário no meio dos índios, no estado do Mato Grosso. Esse plano não foi muito adiante. Quando resolveu mudar-se para Goiânia, em 1944, já era professor de magistério.

Na capital goiana ocorreram novas mudanças de rumos. De professor do ensino médio – já tinha dado aulas em vários colégios secundários – passou a atuar na esfera do ensino superior. Tinha pela frente uma grande missão, que cumpriu de forma destemida, conquistando ao longo do caminho de construção da faculdade importantes resultados.

> "Dar aula foi para mim o que deve ser para o artista representar – anos a fio – a mesma comédia que é sempre nova porque novos são os espectadores e se aprimora cada dia mais diante da platéia cada vez mais exigente".

"Tínhamos pressa. A Lei nº 3.834/60, que criava a UFG, previa que, dentro do prazo de três anos, deveríamos promover a instalação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Vale lembrar que as universidades brasileiras só poderiam ser criadas se tivessem, além dessa unidade, a Faculdade de Direito. As outras eram optativas, só as duas eram obrigatórias", frisa.

Apesar do caráter obrigatório, da necessidade iminente e do total apoio do reitor, o nascimento dessa unidade acadêmica não foi tão simples – assegura o professor. "Encontramos resistências de pessoas de dentro da universidade. Resistência motivada pela verba que as universidades recebiam do governo e que deveria ser dividida entre as faculdades existentes. A criação de mais uma unidade representaria menos recursos para as já implantadas. E muitos não queriam repartir o bolo, que já não era tão grande para ser dividido", explica.

Segundo Turchi, o Governo Federal assegurava, na época, recursos para as Faculdades de Direito, Farmácia, Engenharia e o Conservatório de Música. A Faculdade de Medicina contava com o apoio do então governador do estado, José Ludovico de Almeida, pai do médico Francisco Ludovico de Almeida Neto, um dos pioneiros da instituição. "As faculdades que surgiram depois dessas não tinham verba assegurada. Não podíamos, sequer, garantir o pagamento dos salários dos professores da Faculdade de Filosofia". diz.

Intervenção – Como não houve, em momento algum nessa história, consenso entre as partes contrárias

e favoráveis à criação da faculdade, Colemar Natal resolveu impor sua autoridade de reitor. Reuniu, no dia 25 de setembro de 1962, o Conselho Universitário e anunciou a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nomeando nessa mesma ocasião o diretor da mais nova unidade acadêmica. A decisão de Colemar foi amparada pelo artigo 133 do Estatuto da Universidade, que permitia a criação e o funcionamento de cursos próprios da Faculdade de Filosofia, provisoriamente, em outras unidades.

Logo após a resolução do dia 25 de setembro de 1962, o então reitor tomou as medidas preliminares para tornar efetiva a criação. Foram convidados alguns professores, até a época do concurso, e constituída uma comissão, composta pelos professores Egídio Turchi, Orlando de Castro e Floracy Amaral Rebouças, para divulgar o fato entre os estudantes. A construção do Regimento Interno da nova faculdade ficou a cargo do professor Genesco Ferreira Bretas.

A partir dessa data (25/09/62), começava então, oficialmente, a trajetória do professor Egídio Turchi – e de outros pioneiros – em busca da conciliação, da união de esforços, de apoio logístico, técnico e financeiro, que contribuíssem para a criação da faculdade. "Foram dois anos de muita luta. Enfrentamos os mais diferentes tipos de problemas, inclusive de sabotadores. Eles atrapalharam bastante o processo, mas não conseguiram inviabilizar o projeto".

> "Lecionei em quase todos os colégios secundários de Goiânia e meu nome consta entre os fundadores de algumas faculdades. Mas o que realmente marcou minha vida de professor foi a luta e o entusiasmo pela criação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás".

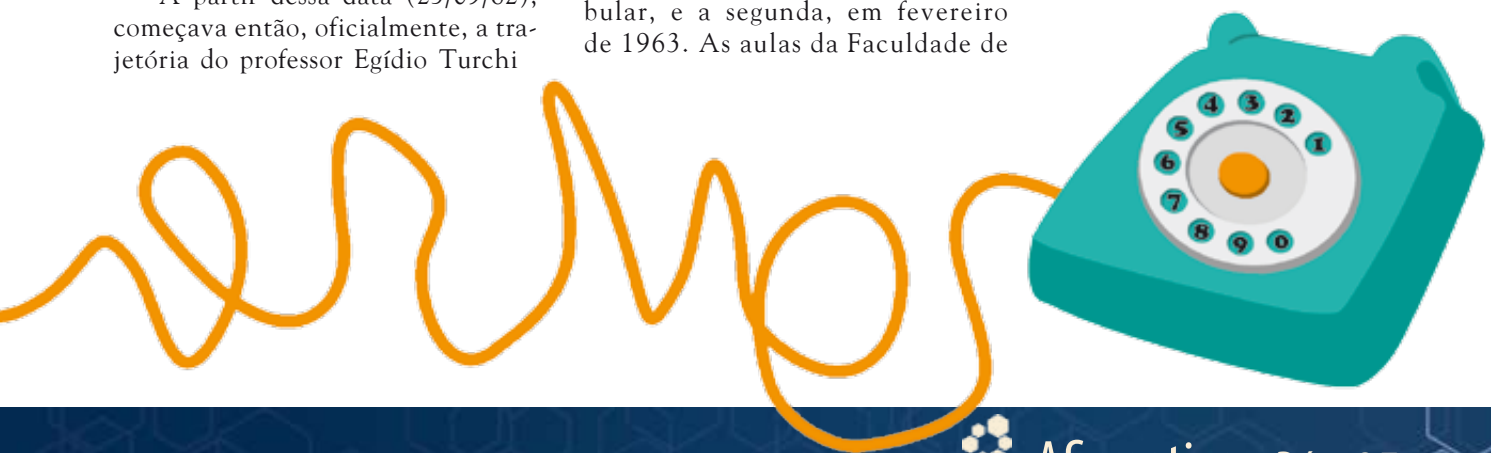
No dia 14 de novembro de 1962, o Diário Oficial da União publicou o decreto de criação da nova faculdade. Em seguida, reuniram-se no gabinete do reitor os professores Turchi, Ático Frota Vilas Boas da Mota, Gilberto Mendonça Teles, Celenita Amaral Turchi, Genesy de Castro e Silva, Moema de Castro e Silva Olival, Floracy Amaral Rebouças e Sérgio Dias Guimarães. Era a primeira reunião de docentes da Faculdade de Filosofia.

"Se a resolução de 25 de setembro de 1962, do Conselho Universitário, foi o primeiro passo, se o decreto de 8 de novembro deu-lhe sansão legal, aquela reunião representou, para nós, o momento em que a faculdade começou a existir de fato", considera.

Em 17 de novembro de 1962 foi realizada a primeira fase do vestibular, e a segunda, em fevereiro de 1963. As aulas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras começaram, enfim, no dia 4 de março de 1963. Inicialmente funcionaram, em prédios provisórios, os cursos de Letras, Pedagogia, Matemática e Física, com 27 professores e 180 alunos, no total.

"Nascemos sem um abrigo próprio, mas nascemos. Era grande a minha peregrinação, diária, pelos vários pontos onde as aulas eram ministradas. Mas valeu a correria", relata. Segundo ele, a secretaria da faculdade estava localizada em um prédio na Avenida Anhangüera; o curso de Letras, em um sobrado na Rua 20 esquina com a 15, no Centro; o de Ciências Sociais e de Pedagogia, nas Faculdades de Direito e de Engenharia Civil, respectivamente. Já os cursos de História e Geografia funcionaram em um prédio situado na Praça Cívica.

O professor Egídio Turchi permaneceu na direção da Faculdade de Filosofia até 1966, quando seu mandato foi cassado pelo regime militar. Mas essa é uma outra história. "Enfrentei problemas na revolução de 64. Meu nome figurava numa lista de pessoas consideradas comunistas. Meu nome estava entre os 'suspeitos'. Na época, o episódio me assustou. Hoje, vejo de forma diferente: foi uma honra ter pertencido a uma lista de guerreiros", resume.



Faculdade de Filosofia: da hostilidade ao reconhecimento

*Egídio Turchi**

Meu depoimento sobre os primeiros tempos não tem por finalidade estabelecer a verdade – a quem interessa a verdade? – nem recriminar ou elogiar. São apenas lembranças de quem viveu o tempo da fundação e guardou com carinho datas e nomes.

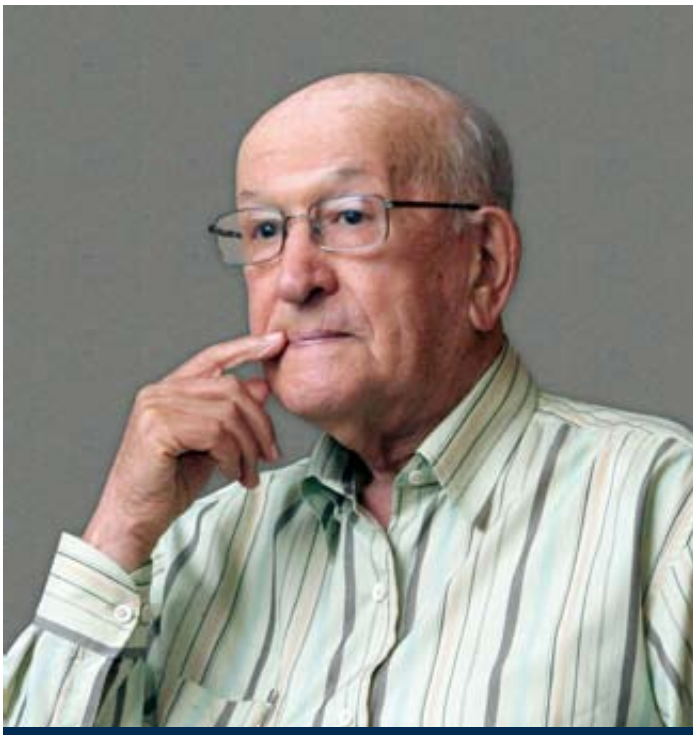
Em 14 de novembro de 1960, o presidente Jucelino Kubitschek, no alto da escadaria que dá acesso ao Palácio das Esmeraldas, na Praça Cívica, assinou, diante da multidão, a Lei nº 3.843 C que criava a Universidade Federal de Goiás.

Se a luta pela criação da UFG foi a luta de muitos, podemos até afirmar, de todo o povo goiano – de governo, estudantes, intelectuais –, a luta para criar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi de um homem – o professor Colemar Natal e Silva, primeiro reitor da universidade. Idealista de visão dinâmica e clara dos problemas universitários, sentiu que faltava à universidade aquele princípio unificador, um núcleo central em torno do qual gravitassem as atividades universitárias sem o qual a universidade continuaria a ser um agregado de faculdades estanques.

Coube ao Poder Executivo, em 08 de novembro de 1962, baixar o Decreto nº 51.582, firmado por João Goulart, Hermes Lima e Darcy Ribeiro, respectivamente, presidente, primeiro ministro e ministro da Educação, criando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás.

Mas, entre a data de criação da universidade, 14 de dezembro de 1960, e a da criação da Faculdade de Filosofia – 08 de novembro de 1962 –, inúmeras foram as lutas travadas. Todos na universidade e no MEC estavam, aparentemente, de acordo, nos altos e baixos escalões, mas o processo já pronto desaparecia nos labirintos ministeriais; uma vez chegou até ao ministro só com a capa, esvaziado que fora de todos os documentos.

A luta não era em campo aberto, mas entre os bastidores, contra inimigos fantasmas. Os inimigos da Faculdade eram nitidamente divididos em dois campos – os que afirmavam que, embora necessária legalmente, podia-se muito bem passar sem ela e os outros que a queriam tão perfeita que a tornavam impossível.



"A revolução desencadeada na década de 60 separou definitivamente o velho do novo, o passado do futuro"

Eram as faculdades de Filosofia, seja sob o modelo da USP ou como o dos Institutos Centrais de Brasília, verdadeiros focos de fermentação social contra o tradicionalismo e a estagnação. Isto, talvez, faça compreender o porquê de tanta celeuma.

O Magnífico Reitor, professor Colemar Natal e Silva, cansado de tantas promessas e delongas, resolveu avançar o sinal, amparado pelo artigo 133 do Estatuto da Universidade, que permitia a criação e o funcionamento de cursos próprios da Faculdade de Filosofia, provisoriamente, em outras unidades.

Na sessão ordinária de 25 de setembro de 1962, o Conselho Universitário permitiu o funcionamento da faculdade, antes mesmo do decreto de criação, da competência do presidente da República.

Guardo no meu arquivo particular o inteiro teor daquela corajosa reunião que não só aprova como define a nova faculdade – força unificadora do ensino básico da universidade e não agência incolor de diplomação.

Após a Resolução de 25 de setembro de 1962, o Magnífico Reitor Colemar Natal e Silva tomou imediatamente as medidas preliminares para tornar efetiva a criação.

Percorremos os colégios de Goiânia e, após alguns dias de intensa propaganda, começamos cursos preparatórios para os exames vestibulares da nova faculdade no Instituto França, na Rua 29, Centro.

A reação foi mais violenta do que era lógico esperar, o próprio Conselho Universitário se assustou diante das críticas generalizadas. Publicou-se nos jornais que não havia verbas para a abertura de novos cursos, que não era esta a forma de criar uma nova faculdade, que não sendo legal, seus diplomas não teriam valor e os alunos perderiam seu tempo. E eis que, no dia 14 de novembro de 1962, o Diário Oficial da União publicou o decreto de criação da nova faculdade.

No dia 14 de novembro, nos primeiros anos, era festejado solenemente o aniversário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG. Em 17 de dezembro de 1962, foram realizados os exames vestibulares e, em fevereiro de 1963, a 2ª época. Inicialmente, funcionaram apenas 4 cursos: Letras, Pedagogia, Matemática e Física. As aulas começaram no dia 04 de março de 1963.

A primeira turma foi realmente corajosa – ao término de cada ano perguntava: E agora? Para onde iremos no próximo ano? Houve época em que a faculdade funcionava em 4 lugares diferentes – 3 salas na Faculdade de Engenharia, no 2º andar de um prédio na Rua 20 esquina com a 15, na Faculdade de Direito e no Instituto Histórico de Goiás, na Rua 82.

Não nos é possível mencionar aqui todos os alunos da primeira turma, a turma-cobaia, que foi batizada como a turma da fé e da esperança. É sempre gostoso, porém, encontrar na universidade ex-alunas daquele tempo, hoje respeitadas professoras, como Sylvia de Siqueira Simões, Vera Lúcia Gonçalves de A. Melo, Eliana Gabriel, Margarida Maria de Jesus, Nadime Badauy, Sônia Barreto, Maria Helena Chein.

Estes dados foram colhidos nas páginas do 4º Poder, ano 1, nº 62, de 25 de novembro de 1963. Dificilmente serão encontrados nas secretarias dos institutos e nos arquivos da Faculdade de Educação porque a Faculdade de Filosofia durou apenas 4 anos e, ao criar as novas secretarias, fizeram-se limpezas tão profundas, que hoje não se acha mais nada daqueles tempos. Perdeu-se até o sentido de tanta luta e o que nos pareceu moderno e válido, hoje pode ser questionado.

Mas, em 1963, nossa entrada na família universitária foi recebida como um perigo para as instituições e foi hostilizada com veemência, porque nos batíamos por uma universidade mais adequada ao momento e pregávamos abertamente reformas que, a bem da verdade, nem mesmo sabíamos exatamente o que, de fato, queríamos. Estávamos à procura do novo e do autêntico, na convicção de que o novo e o autêntico fossem sempre a melhor escolha.

Praticamente conseguimos pouco, mudamos os cursos, quebramos os sistemas rígidos dos currículos, demos ênfase, com novos métodos, ao ensino das línguas estrangeiras, apresentamos um número maior de disciplinas optativas, aumentando a eficiência das escolhidas, mas foi só isto que conseguimos de tantas reformas que apregoávamos.

Conseguimos, porém, bastante, numa época em que qualquer rebeldia aos esquemas rígidos era condenada por um MEC centralizador, onipotente e despótico que, através de seus famosos inspetores federais, controlava com suas minuciosas Portarias a uniformidade mais absoluta nos estudos, do Oiapoc ao Chuy.

Nossa luta se inseriu na efervescência estudantil e política da década de 70, anos que mudaram a história num século tão profundamente marcado. Nosso século será lembrado por duas guerras que envolveram o mundo inteiro, pela revolução russa que transformou uma utopia milenar em regime político; uma guerra civil na Espanha que durou 4 anos e matou mais de um milhão de irmãos, e muitas outras guerras e revoluções.

Mas estes marcos não foram tão importantes para a transformação do mundo ocidental quanto as rajadas de sons e slogans que se espalharam pelo mundo de 1960 a 1970. A palavra humana já é de per si uma arma terrível, mas quando ela vem envolvida em sons, então ela se torna irresistível.

As revoluções e as guerras são fatos que tentam separar o bem do mal, o justo do injusto, o forte do fraco. Mas a revolução desencadeada na década de 60, por jovens de todas as raças, de cabelos compridos, de saias curtíssimas, de roupas descoloridas ou coloridas demais, hippies, beatles, separou definitivamente o velho do novo, o passado do futuro.

Portanto, ainda hoje, nós, professores e ex-alunos da Faculdade de Filosofia daquela época, sentimos um certo orgulho de ter entrado na luta pelas reformas, ter cooperado, de alguma forma, para o renovamento da UFG, inserindo-nos, a tempo e hora, na esteira de fecundas experiências.

***Egídio Turchi é professor aposentado da Faculdade de Filosofia da UFG**

Ciências Sociais da UFG: alunos constroem o curso

*F. Itami Campos**

Aluno da 1ª turma do curso de Ciências Sociais da UFG, tendo vivenciado como aluno e, posteriormente, como professor do curso as condições em que ele foi implantado e em que se desenvolveu, senti-me na obrigação de apresentar como um "esboço histórico" a experiência vivida, considerando além do mais a carência de relatos daqueles momentos iniciais.

Acho importante destacar que, embora a minha pessoa apareça em diferentes momentos, não se trata de uma história particular, fomos muitos, alunos e professores que estivemos presentes, às vezes enfrentando adversidades e momentos difíceis, mas sempre acreditando em um trabalho conjunto e sabendo ser possível construir um mundo melhor e mais justo.

Por uma questão de melhor entendimento, dividi o texto em três partes. Na primeira apresento, brevemente, a conjuntura da criação da UFG, na segunda, enfoco o curso de Ciências Sociais e, na terceira, destaco a unidade Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que sediou o curso de Ciências Sociais.

I. A criação da Universidade Federal de Goiás ocorreu numa interessante conjuntura da política brasileira. Governo Juscelino Kubitschek, democracia populista, construção de Brasília, interiorização, desbravamento. Também das contradições e problemas do próprio governo JK que precisava de imunidade e de espaço político que o cargo de senador por Goiás, posteriormente, lhe deu. É bom lembrar que não foi tranqüila e não houve unanimidade o processo de criação da Universidade Federal de Goiás.

Uma intensa movimentação política precedeu o ato de criação da UFG em 14 de dezembro de 1960, pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Para ser constituída como universidade, houve a incorporação de faculdades existentes: Faculdade de Direito (federalizada), Faculdades de Farmácia e Odontologia (1945), Escola de Engenharia do Brasil Central, Conservatório de Música e Faculdade de Medicina, esta criada na mesma época, em 1960. E como exigência, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, além do Centro de Estudos Brasileiros.

Itami destaca a importância dos alunos na consolidação da UFG e do curso de Ciências Sociais, do qual foi aluno da primeira turma

Também Goiás vivia um momento histórico diferente – governo de Mauro Borges que se apresentava como moderno e planejado, trazendo a idéia de um Goiás urbano. Ao mesmo tempo, o populismo, conflitos ideológicos, o desafio de Brasília, o movimento social – reforma agrária, movimento camponês, Trombas, greves, agitação estudantil, sindicalização no campo, tudo isso se apresentando como novo, desafiante. A universidade, então, torna-se produto dessa diversidade política e social, ao mesmo tempo em que tenta incorporar essa diversidade. Contraditoriamente, a Universidade Federal foi criada num momento em que, em Goiás, predominavam as atividades rurais tradicionais. Em 1960 a população goiana era de 1.913.289 habitantes, com 69,9% dela residindo no campo e Goiânia tinha pouco mais de 300 mil habitantes. Goiás era rural na atividade e na residência de sua população.

Logo, aquela conjuntura política que permitira a implantação da UFG e a movimentação de novas forças políticas e sociais, com jornais e idéias modernizantes, alterou-se totalmente.

O golpe de 31 de março de 1964 e o regime militar implantado a partir daí impôs ao país e à universidade uma nova ordem, autoritária, intervencionista. Professores perseguidos, afastados e presos, também alunos afastados pelo Decreto 477 e presos, criando-se um clima de apreensão e de estímulo à delação. O Centro de Estudos Brasileiros, criado para ser um núcleo de ensino e pesquisa, voltado para a conjuntura brasileira, foi invadido pelas forças de segurança. Provas e trabalhos de alunos foram recolhidos, sendo o CEB em seguida fechado, restando a alguns professores (muitos foram afastados e punidos) e aos alunos a integração à Faculdade de Filosofia e a opção por História (curso recém-criado) ou por Ciências Sociais. Na época, a própria UFG sofreu intervenção, com afastamento do reitor e designação de um reitor *pro tempore* pelo Ministério da Educação.

Em 1968, a Reforma Universitária, não a discutida e nem a pedida pelo movimento social, mas a gestada nos porões do MEC, tendo por base o projeto MEC/USAID, molda a universidade brasileira. A relação da universidade com a sociedade se estabelece via Projeto Rondom que desloca alunos e professores para lugares distantes da sede, alienando-os dos problemas políticos e sociais de sua região. Os campi são afastados da cidade, os estudantes isolados e sua movimentação política esvaziada, além de terem seus líderes presos, coagidos e mortos. Era um claro processo de distanciamento, de despolitização da universidade, dos seus alunos e professores.

Apesar disso, a universidade foi espaço de muita ousadia e pioneirismo, sendo importante destacar que, ao lado da geração pioneira, de professores fundadores, em diferentes cursos e unidades da UFG, houve outro personagem também de significativa importância – o seu aluno.

Ele não somente foi para a praça enterrar o bispo na luta pela criação da universidade, como, também insatisfeito, alia-se às forças progressistas enfrentando a tradição e o comodismo, procurando saída e alternativa para a universidade. Além disso, no dia-a-dia, procura construir um espaço acadêmico, participando e trabalhando para que haja um ensino melhor e por novos rumos da universidade. Daí sua presença nos Conselhos Superiores, Câmaras Setoriais, Colegiados de Cursos e Congregações de Unidades, contribuindo para a formulação de políticas acadêmicas que levem à universalização da cultura e ao desenvolvimento da ciência, em um estado com cultura cravada de particularismos próprios de uma sociedade agrária e tradicionalista.

A universidade foi espaço de muita ousadia e pioneirismo, sendo importante destacar que ao lado da geração pioneira, de professores fundadores, em diferentes cursos e unidades da UFG, houve outro personagem também de significativa importância – o seu aluno.

II. Assim, neste clima de reformismo e movimentação política, foi criado em 1963 e instalado em 1964, o curso de Ciências Sociais, integrando-se aos outros cursos da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, unidade da também recém-criada Universidade Federal de Goiás.

Com vestibular realizado em fevereiro de 1964, 35 alunos, no ritmo político da época, iniciam o curso em 1º de março. Contudo, os novos rumos da política nacional trazidos pelo Golpe de Estado de 31 de março de 1964 fazem com que a maioria dos alunos abandone o curso.

As dificuldades eram muitas. O curso não tinha uma estruturação curricular definida. A bibliografia de Ciências Sociais era inexistente. O quadro de professores era constituído de juristas e autodidatas (em Sociologia, Antropologia e Ciência Política), refletindo a deficiência de profissionais no estado. Muitos professores, bacharéis em Direito, pouco conheciam das ciências sociais, nenhum deles cursara ciências sociais. Em 1968, foi grande a insatisfação dos alunos com professores e com o curso, criando-se um clima de tensão e de agitação que resultou no afastamento de vários professores-juristas.

Talvez devido a essa condição, os alunos da 1ª turma assumiram a estruturação do curso, inclusive sugerindo ao final de cada ano a reforma da grade curricular por eles cursada. Essa movimentação é assumida e liderada também por alunos de turmas posteriores, pois em 1965 o 'colegiado de alunos' do Curso cria o Centro de Estudos Sociais e Políticos (CESP), órgão representativo dos alunos. O CESP promoveu muitos encontros, debates e discussões. A sua atuação, considerada subversiva, fez com que, em 1969, sua sede na UFG fosse invadida por agentes da repressão (do SNI). Na invasão

do CESP, seqüestram-se documentos e livros (da iniciante biblioteca), sendo proibido o seu funcionamento a partir de então.

Para a empreitada de melhoria e estruturação do curso, os alunos buscaram apoio de professores e colegas dos cursos de Sociologia e de Ciências Sociais da UFMG, USP e UnB. Através do CESP, foram realizadas as primeiras atividades acadêmicas do curso de Ciências Sociais – em 1965, 1ª. Semana Nacional de Sociologia, palestrante, prof. Vilmar Evangelista Faria, sociólogo (UFMG); em 1966, 2.ª Semana de Sociologia, palestrante, prof. Walber da Silva Braga, antropólogo (UFMG); em 1967, Curso: Sociologia Brasileira, prof. Fernando Correia Dias (UnB); e, em 1968, 3.ª Semana de Sociologia, palestrante, prof. Florestan Fernandes, sociólogo, afastado da USP pelo regime militar. Além disso, os alunos de Goiás integraram-se à ENESCS (Executiva Nacional dos Estudantes de Ciências Sociais), ligada à UNE, e participaram de Encontros Nacionais de Ciências Sociais [Belo Horizonte (1965), São Paulo (1966), Salvador (1967)] e de tantas outras atividades nacionais, tal como a da regulamentação da profissão de sociólogo. Dada à proximidade de Brasília e do Congresso Nacional, coube à representação estudantil de Goiás o acompanhamento da tramitação do projeto de lei que regulamentava a profissão de sociólogo. Em 1966, aprovado no Congresso Nacional, o projeto foi vetado pelo presidente Castelo Branco.

Também em 1968, os recém-formados sociólogos organizaram a Sociedade Goiana de Sociologia, entidade representativa dos cientistas sociais, em Goiás, com estatuto registrado no Cartório Marconi de Faria Castro, sob o nº 1024/68, com diretoria composta por Servito de Menezes Filho, Francisco Itami Campos, entre outros. Contudo, o clima político repressivo, pós AI-5, impede o funcionamento e leva à desativação da SGS.

III. Criada como exigência para a UFG tornar-se universidade, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [Decreto 51.582 de 8/11/1962] foi instalada no ano seguinte com os cursos de Pedagogia, Letras Modernas, Letras Vernáculas, Matemática e Física. Em 1963, foi criado o curso de Ciências Sociais, em 1965, os de História e Geografia e em 1968, o curso de Jornalismo.

Vale destacar que a universidade, ainda em seu começo, não dispunha de instalações para funcionamento adequado da Faculdade de Filosofia e de seus cursos, ficando muitas turmas alojadas em locais diferentes. O curso de Ciências Sociais peregrinou funcionando cada ano em um local: iniciou em 1964 em sala da Faculdade de Engenharia (Setor Universitário); no segundo ano, foi deslocado para salas do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (Rua 82, Praça Cívica); em 1966, para um prédio, alugado, na Rua 15 com a Rua 20; e, em 1967, para salas da Faculdade de Economia e Administração da UCG (Setor Universitário). Em 1968, a Faculdade foi instalada em prédio, dito próprio, no câmpus da UFG, no Setor Universitário (hoje, sede da Faculdade de Educação).

A reforma universitária, imposta pelos militares após 1968, atinge a todos os cursos da universidade. Criam-se os Institutos Básicos, também os Departamentos, organizado por área de conhecimento, e os Colegiados de Cursos, responsáveis pelas disciplinas e desenvolvimento do ensino, estabelecendo ainda o regime de crédito para o sistema de ensino. Pela reforma universitária, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras deixa de existir, sendo dela desmembradas quatro unidades (1) Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), (2) Instituto de Matemática e Física (IMF), (3) Instituto de Química e Geociências (IQG), e, (4) Faculdade de Educação. O ICHL e a Faculdade de Educação permaneceram na Praça Universitária (no prédio da Educação).

Posteriormente, problemas estruturais do prédio (da hoje Faculdade de Educação) fazem com que a Unidade ICHL seja transferida para o Seminário Santa Cruz (na Vila Pedroso, de difícil acesso, dada a precariedade da linha de ônibus) e, no ano seguinte, para a Faculdade de Agronomia e Veterinária (câmpus II). E, quando foram construídos os primeiros prédios do câmpus II da UFG, nos anos 1970, o ICHL foi para lá deslocado. Em 1974, o ICHL e o curso de Ciências Sociais foram instalados em seus prédios definitivos.

No início dos anos 1980, numa reação ao período pós-64 e à reforma universitária de 1968, a UFG debate e questiona o regime de crédito. Na reformulação, houve o retorno ao seriado anual, desaparece o Colegiado de Cursos e os Departamentos tornaram-se responsáveis pelo ensino. Novamente os cursos e currículos são reformulados. O curso de Ciências Sociais estrutura seu currículo tendo por base eixos temáticos, privilegiando os clássicos da Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

Na reforma do Estatuto da UFG, em 1996, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, na gestão do professor Itami Campos, foi desmembrado em três Unidades (1) Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, (2) Faculdade de Letras e (3) Faculdade de Comunicação. O curso de Ciências Sociais torna-se integrante da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia.

*** Francisco Itami Campos é professor aposentado da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia**

Memória

*Sérgio Paulo Moreyra**

No final do ano de 1964, um pequeno carro varava a madrugada rolando por estradas de terra do município de Aparecida de Goiânia. Seus ocupantes estavam preocupados em não despertar a atenção de ninguém e ao mesmo tempo encontrar a fazenda do professor Farnese Dias Maciel Neto (que nos anos seguintes viria a ser diretor da então Escola de Agronomia e Veterinária, vice-reitor e reitor da UFG). Residia na fazenda e em sua casa ia oferecer santuário, por quase 40 dias, ao professor Ático Frota Vilas Boas da Mota.

O professor Ático, um erudito que até então dirigira o Departamento de Educação e Cultura (DEC) da UFG, estava ameaçado de ser novamente preso pelo Exército. O aviso veio do professor Cid Albernaz de Oliveira, dizendo que a prisão era iminente e que ele tinha receio de que o professor não resistisse a uma segunda experiência de encarceramento. Na primeira ele havia sido mantido mais de um mês no cubículo de uma latrina de um metro quadrado, tendo de dormir sentado sobre o vaso.

Havia sido irresponsavelmente denunciado por um professor ressentido. Sua casa havia sido invadida por uma patrulha, sem o cumprimento de nenhum requisito do ritual jurídico; seu acervo de pesquisa havia sido destruído e milhares de fichas relacionadas com a tese de doutorado em preparo, despejadas em um saco; a grosseria e a ignorância desarticularam anos de trabalho.

A única culpa que pesava sobre o professor era a de coordenar, de maneira brilhante, um departamento atuante e progressista da Reitoria, promovendo eventos que marcaram essa época. A esse departamento estavam vinculados o jornal semanal Quarto Poder, que era vendido nas bancas da cidade e representava um fato novo na imprensa periódica, e também a Rádio Universitária.

O DEC tinha uma equipe forte. Mário Lúcio, Clay Loiola, Antônio Pimentel, Valdomiro Santos, além de outros. Todos seriam punidos nos meses seguintes, atingidos por forte repressão militar, sem qualquer base legal, acusados de ação subversiva.

A UFG havia sido criada no final do governo JK, depois de anos de luta política. Tivera que enfrentar todo tipo de resistência, inclusive do arcebispo e da Liga Eleitoral Católica, da qual faziam parte vários profissionais liberais, que depois seriam professores da universidade e procurariam reescrever suas biografias.

Apesar de haver sido criada com base em um projeto oligárquico que refletia preocupações e aspirações de uma elite muito conservadora, na sua instalação a UFG foi exposta a duas fortes e decisivas influências, que pesaram muito sobre o seu desenvolvimento. Essas influências foram a UnB e o governo Mauro Borges.

Nomeado reitor, o professor Colemar Natal e Silva manifestou uma atitude de muita receptividade às novas idéias. Do seu relacionamento com Darcy Ribeiro e com a UnB vieram o suporte e a sugestão para muitas iniciativas inovadoras, permitindo uma renovação institucional. Foi o caso do Instituto de Matemática e Física – dirigido pelo professor Willy Maurer – e do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), dirigido por Gilberto Mendonça Teles. O CEB foi o resultado de um rico relacionamento pessoal entre o professor Colemar e o professor Agostinho da Silva.

O professor Agostinho era um extraordinário antropólogo cultural português, exilado pelo salazarismo e que se encontrava contratado pela UnB. Era um semeador de centros de estudos de conformação etnológica. Havia

Sérgio Paulo lembrou o contexto político que marcou a história da criação da UFG

projetado um centro de estudos portugueses para a Universidade de Tóquio e o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia.

Nesse tempo inicial da universidade, era marcante na administração superior uma consciência clara de que o amadurecimento institucional passaria necessariamente por uma confrontação com a característica autárquica das unidades fundadoras (exceção feita ao Conservatório). Cada uma delas zelava ciosamente por sua autonomia e viam a Reitoria quase como um organismo interventor.

A segunda linha de influência foi o momento político eufórico e progressista instaurado em Goiás pelo governo Mauro Borges. O major Mauro, como muitos o chamavam à época, era quase um desconhecido, como individualidade. Apesar de haver dirigido Goiás e ter corajosamente arrancado a sede da ferrovia de Araguari, apesar de haver sido deputado federal, a sombra do pai obscurecia sua imagem. Até então.

Essa imagem condicionada foi estilhaçada em poucos meses pela administração do Plano MB, marcada por um grande arrojo – inclusive na escolha de pessoas. Mauro Borges trouxe para a administração uma feição renovadora e quadros surpreendentemente competentes e progressistas. Foram criados novos organismos e contratados jovens

técnicos formados pela Escola brasileira de Administração Pública(EBAPE) e da Fundação Getúlio Vargas(FGV). A nova geração de estudantes começava a vislumbrar horizontes amplos.

Não era apenas um clima de superação dos padrões estabelecidos pela administração que fundou Goiânia, mas a sugestão de que Goiás estava a caminho de superar a histórica defasagem que marcava sua história. Assim, a matriz de renovação acadêmica representada pela UnB e o novo padrão de gestão pública, marcada pelo entusiasmo e dinamismo, estabelecido pela administração MB, somavam-se à disposição progressista e receptiva da administração da UFG e do professor Colemar.

No final de 1964, tudo foi por água abaixo. Ao afastamento violento do governador Mauro Borges no dia 26 de novembro, seguiu-se a chocante demissão do professor Colemar e a nomeação de um interventor, o reitor *pro tempore* Martins d'Alvarez. Foi o fim do sonho.

Os anos seguintes foram marcados por dolorosas amputações humanas e institucionais, que reduziram a UFG a uma existência convencional e subordinada. Foi um tempo marcado por demissões arbitrárias de professores e técnicos; prisão de servidores, alunos e professores; fechamento de cursos; instauração da censura ideológica e o pior de todos os males trazidos pela ditadura: a delação, o "dedurismo", o poder da denúncia ideológica, a acusação gratuita com prova ou sem prova. Proliferou em toda a universidade, destruiu carreiras brilhantes, abriu oportunidades injustificadas para colaboradores medíocres do governo militar. Havia entre os colaboradores do regime os que eram movidos apenas pelo simples reacionarismo, mas freqüentemente tratava-se de espertalhões movidos pela ambição ou pelo ressentimento.

Ao longo dos anos de chumbo, a UFG foi alvejada por todo tipo de interferência externa, que atingia sua integridade e destruía sua acuidade institucional: reitores escolhidos pelo dedo militar, impedimento de contratação de pessoas fichadas na DOPS, a incongruente presença de um general acampado dentro da Reitoria e dirigindo um estranho organismo denominado Assessoria de Segurança e Informação (ASI), fechamento de cursos e escolas, cooptação de pessoas ligadas à hierarquia para cursar a Escola Superior de Guerra e para associar-se à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra(ADESG), presença e influência do Projeto Rondon, aplicação de uma reforma moldada pelo acordo MEC /BIRD e, mais do que tudo, a perda da autonomia, do direito de autodeterminar-se. A pior consequência disso foi uma falta de clareza em relação às suas próprias diretrizes, seu papel e seu lugar. E os anos perdidos para recompor sua acuidade.

Pós-escrito – *Este texto não teve a intenção de se qualificar como memória institucional, mas apenas como memória da vivência. No ano de 1962 encontrava-me estudando em Curitiba. Estava desgostoso e desiludido com o curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná. O reitor era o famigerado professor Flávio Suplicy de Lacerda, que depois seria ministro da Educação e Cultura do general Castelo Branco. A universidade dirigida pelo professor Suplicy já vivia sob um regime de censura ideológica e eliminava de suas bibliotecas acadêmicas as obras consideradas subversivas, queimando-as no pátio existente entre os prédios da Faculdade de Economia e da Faculdade de Filosofia.*

Nesse ano, o professor Colemar esteve em Curitiba participando de um Conselho de Reitores e convidou os universitários goianos para uma rápida reunião social no Hotel Iguaçu, no qual estava hospedado. Durante a conversa ele me perguntou como me sentia. Tendo respondido que estava meio desorientado, ele disse: "Volte para Goiânia, venha para a UFG. No próximo ano vamos realizar vestibular para o curso de Estudos Brasileiros, será um curso revolucionário".

Em janeiro de 1963 fiz o vestibular no Centro de Estudos Brasileiros. No 2º semestre de 1964, quando as piores expectativas pesavam sobre a universidade, o professor Agostinho da Silva comunicou-se com o professor Colemar, pedindo para falar à comunidade do Centro. Falou sobre a metodologia repressiva das ditaduras, da incapacidade de convivência com a liberdade de criação da ciência, da cultura, da arte, da criação intelectual, que não depende necessariamente de palácios e riqueza para existir, mas depende de liberdade e autonomia. Disse que os governos ditatoriais erigiam enormes palácios à cultura e à ciência, ao mesmo tempo em que prendiam e expatriavam os intelectuais.

Terminou então, de maneira emocionada, dizendo que era melhor fechar o Centro de Estudos Brasileiros voluntariamente, como uma declaração explícita de princípios e firmeza de convicções, do que assistir passivamente à demissão de professores, às prisões e finalmente ao fechamento da instituição.

Alguns meses depois suas previsões se concretizaram: professores demitidos e presos, o reitor demitido, o Centro, fechado, outras demissões de servidores e professores em outras unidades.

A UFG tinha quatro anos de funcionamento quando foi desarticulada pelo governo militar. Muito pouco tempo para a maturação de um espírito de corpo.

Decorreram anos até a realização de uma assembléia reunida num dos anfiteatros do ICB, criando a Associação dos Docentes, que nos anos seguintes teve importante papel na rearticulação acadêmica, até a eleição do professor Joel Pimentel de Ulhôa, o primeiro reitor escolhido pela comunidade acadêmica.

***Sergio Paulo, professor aposentado da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia**

A Faculdade de Direito: sua contribuição na criação da Universidade Federal de Goiás

*Adegmar José Ferreira**

O ponto de partida dessa investigação foi a criação da Academia de Direito de Goyaz em 1898, por ser ela o marco inicial dos Institutos Jurídicos do Brasil-Central e particularmente do estado de Goiás. Investigou-se, pois, o contexto político-social em que os institutos jurídicos de Goiás surgiram; as condições de possibilidades, até o advento da criação da UFG em 1960, procurando identificar e compreender o movimento interno em que se deu esse processo ao longo dos anos e em função de que necessidades e influências a UFG foi criada.

A Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás

Os registros históricos comprovam que a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) é a primeira instituição de ensino superior do Centro-Oeste. Sua criação se deu por meio da Lei n° 186 de 13 de agosto de 1898, promulgada pelo então vice-presidente do estado de Goyaz, Bernardo Antônio de Faria Albernaz. Com essa lei atribuiu-se àquele instituto a denominação de Academia de Direito de Goyaz, instalada em 24 de fevereiro de 1903 no salão nobre do Liceu de Vila Boa, na antiga capital do estado, atualmente Cidade de Goiás.

Foi José Xavier de Almeida o principal idealizador da criação da Academia de Direito de Goyaz, que, no discurso proferido na sessão solene de instalação, exorta a todos os presentes prognosticando que "daqui a alguns anos o Govêrno encontrará na fina flor da mocidade goiana os bacharéis necessários para o preenchimento dos cargos de judicatura e do ministério público". (CASTRO, 1946, p. 21, grifos nossos). Ressalte-se que o fragmento extraído parece falar por si mesmo ao demonstrar o grau de importância do curso e o quanto representava para o Centro-Oeste, especialmente para Goiás.

Deu-se início ao curso com a primeira turma composta de 16 acadêmicos: Antônio Perillo, Artur Abdon Póvoa, João Cardoso D'Ávila, Artur Pereira de Abreu, Mário D'Alencatro Caiado, Odorico Gonzaga de Siqueira,) Rodolfo Luz Vieira, José Bernardino Rodrigues de Morais, Saturnino Sebastião de Azevedo, Domingos Ferreira da Silva, Horácio José de Azevedo, João Marimbondo da Trindade, Airosa Alves de Castro, Coriolano Loiola Xavier Brandão, João da Costa Oliveira e Pedro Pinheiro Lemos. Foi orador da turma o bacharelando Artur Abdon Póvoa. (CASTRO, 1946, p. 37)

Adegmar resgata a história da Faculdade de Direito, unidade mais antiga das que viabilizaram a criação da UFG

O primeiro quadro de professores era composto de seis docentes, dos quais cinco pertenciam ao Poder Judiciário, como desembargadores, e apenas um pertencia ao Ministério Publico Federal, como procurador da República: Luiz Gonzaga Jaime, Joaquim da Gama e Silva, Coriolano Augusto de Loiola, Vicente Miguel da Silva Abreu e Sebastião Fleuri Curado (procurador da República).

A premente necessidade do estado em prover os cargos da magistratura, do Ministério Público

e demais carreiras jurídicas era algo perceptível e clamava por urgência. Castro afirma que:

> o próprio Estado sofria as conseqüências decorrentes da impossibilidade de ver seus filhos aptos ao exercício das profissões liberais ou técnicas, em tôda a longa faixa do seu território. [...] O pequeníssimo número de moços que daqui se abalavam na conquista dos cursos superiores, deixavam, ao término de seus estudos, seduzir-se pelo encanto e confôrto dos centros maiores e por lá ficavam. Os que voltavam à terra natal vinham acalentando mais altas aspirações e não sentiam atraídos pela simples advocacia de roça, promotoria e mesmo pela judicatura. Ingressavam na política ou na alta administração. O resultado é que muitas comarcas ficavam desprovidas de juízes e todos os cargos judiciários e do ministério público eram exercidos por leigos, com grave prejuízo para administração da justiça. (1946, p. 18)

Observa-se que, mesmo considerando o elevado significado que a academia representava para a sociedade goiana e para o Centro-Oeste, ela foi fechada "provisoriamente", por meio do Decreto n° 2.581, de 18 de dezembro de 1909, aprovado pelo Congresso Legislativo, e pela Lei n° 362, de 30 de junho de 1910. (CASTRO, 1946, p. 40)

Até 1916, Goiás não dispunha de nenhum estabelecimento de ensino jurídico, uma vez que a academia não mais retomou suas atividades, sendo definitivamente fechada. Contudo, os bons resultados apresentados pela extinta academia ensejou que um grupo de goianos, tendo à frente o juiz de Direito, Luiz Ramos de Oliveira Couto, promovesse a criação de outro estabelecimento de ensino em 10 de junho de 1916, que, num primeiro momento, recebeu o nome de Faculdade Livre de Direito. Mais tarde, em 20 de março de 1917, tornou-se a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais. A instalação da Faculdade Livre de Direito ocorreu de forma solene em 1º de julho de 1916, e perdurou até a colação de grau de sua primeira e única turma, ocorrida em 25 de dezembro de 1920.

Castro afirma que, em decorrência de uma série de equívocos e desencontros,

> [...] já se murmurava, na Capital de Goyaz, a possibilidade de um dissídio entre o diretor do estabelecimento e grande parte da Congregação. Pensava-se mesmo na fundação de outra Faculdade de Direito, contando os pioneiros da iniciativa com os membros do Superior Tribunal de Justiça do Estado, para constituição do respectivo corpo docente. [...] ante a renúncia de vários lentes, encerrava o ciclo de sua curta e preciosa existência. (1946, p. 79)

Em 1921, assim que o cel. Eugênio Rodrigues Jardim assumiu o governo, cogitou-se, em bases sólidas, a reorganização do ensino jurídico no estado, e dez dias após tomar posse, o novo presidente do estado convocava os antigos professores que, por dissensões com a direção do instituto, haviam deixado a cátedra da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, para que fossem lançadas as bases da fundação de outro estabelecimento de ensino, em cujo corpo docente figurariam membros do Superior Tribunal de Justiça, bem como outros elementos de reconhecida projeção nas letras jurídicas do estado. (CASTRO, 1946, p. 83)

Para consolidação desse intento, o Congresso Legislativo, por meio da Lei n° 696, de 27 de julho de 1921, delegou ao presidente do estado os necessários poderes para subvencionar uma Faculdade Livre de Direito, cujo regulamento ficou a cargo da nova congregação ad referendum do governo. Essa lei também validava todos os diplomas de bacharel expedidos pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais.

Da reunião da congregação, realizada em 30 de julho de 1921, resultou a criação do novo instituto de ensino jurídico, denominado Faculdade de Direito do Estado de Goiaz, instalada solenemente em 18 de agosto de 1921. Compunham sua diretoria Emilio Francisco Póvoa (diretor), Mário d'Alencrastro Caiado (vice-diretor) e Sebastião Fleuri Curado (tesoureiro).

Em 15 de fevereiro de 1926, a congregação novamente se reuniu para definir sobre seu fechamento, em razão de difíceis condições financeiras, uma vez que o presidente do estado, Brasil Ramos Caiado, retirou a subvenção até então concedida pelo estado à Faculdade de Direito de Goiaz. A subvenção foi transferida para a Escola de Direito de Goiaz, na antiga capital, cujo diretor era Agenor de Castro.

Castro, tratando da reabertura da Faculdade de Direito de Goiaz, afirma que "não foi difícil ao ilustre Diretor antever – em seu brilhante discurso congratulatório – a futura equiparação da Faculdade, o que de fato se verificou quinze anos depois".

No discurso, o diretor do novo instituto de ensino superior, desembargador Emílio Povoa afirmava que:

> Sob os auspícios do Exmo. Govêrno do Estado, acabámos

> de fundar a Faculdade de Direito do Estado de Goiaz, cuja instalação ora presenciamos. Animados do louvável desejo de dotar a nossa remota Capital de um instituto de ensino superior, onde se lecionassem tôdas as disciplinas de que se compõem os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais afim de nele se habilitarem os nossos jovens patrícios aos cargos da magistratura e ao exercício da nobre profissão de advogado, tomamos a iniciativa desta fundação, com a única e exclusiva preocupação de prestarmos relevante serviço à mocidade estudiosa e ao nosso próprio torrão natal, que, devido a sua situação geográfica, necessita mais do que qualquer outro lugar, de um instituto dessa natureza. (CASTRO, 1946, p. 88)

Desse fragmento depreende-se que o diretor externava o que aquela faculdade significava para os goianos em relação à educação e à cultura do povo, ao progresso social, econômico e cultural de todo o estado de Goiás e do Centro-Oeste.

A Faculdade Livre de Ciências Sociais também enfrentou forte crise. Diante da dissidência e do voluntário afastamento de alguns professores, passou a se denominar Escola de Direito de Goiaz, permanecendo em atividade de 1921 a 1937, até que em 7 de junho de 1937, por meio do Decreto n° 1947, o governador do estado, Pedro Ludovico Teixeira, resolveu incorporá-la à Faculdade de Direito de Goiaz, na forma da legislação federal sobre o ensino. Os professores e alunos foram transferidos, segundo previa o decreto. (CASTRO, 1946)

Em 18 de fevereiro de 1937, decidiu-se, em sessão da congregação, presidida pelo diretor, Albatênio de Godói, a transferência da Faculdade de Direito para a cidade de Goiânia, que se encontrava em fase adiantada de construção. Muitos dos prédios públicos já se encontravam prontos e vários deles abrigavam órgãos estaduais e federais.

Castro, discorrendo sobre a mudança, afirma que "prosseguiu normalmente a Faculdade de Direito em sua nova séde, não apresentando o ano letivo de 1937, ali, qualquer alteração digna de registro." (1946, p. 183)

Castro registra que, durante cinco anos, a Faculdade de Direito enfrentou muitas dificuldades, já que seu corpo docente não contava com dois terços de catedráticos, (uma exigência legal), chegando a circular por várias vezes a notícia alarmante de que as autoridades superiores do ensino poderiam providenciar seu fechamento.

A faculdade, por sua vez, era compelida a realizar concursos, mas via-se impossibilitada de fazê-lo em razão da carência de catedráticos para compor bancas, carência existente em todas as faculdade e universidades do país.

Muitos docentes deixaram seus cargos e se afastaram das salas de aula em virtude do Decreto-Lei n° 24, do governo federal, que proibia a acumulação de cargos públicos, algo que, até então, apenas os docentes poderiam fazer.

Visando adequar seu quadro de professores à nova realidade imposta pela lei federal, por meio do Decreto-Lei n° 5.997, de Agosto de 1942, autorizou-se a transferência da manutenção da Faculdade de Direito de Goiás a uma fundação, que seria criada para esse fim.

Foi Colemar Natal e Silva quem apresentou o esboço dos estatutos instituidores da fundação. Segundo o professor, a fundação deveria estar organizada dentro em sessenta dias, a contar de 28 de agosto de1942. O prazo não foi cumprido, sendo prorrogado pelo Decreto-Lei n° 7.258, de 31 de março de 1943, e finalmente criou-se a fundação.

Alguns dos antigos professores foram reintegrados aos quadros da Faculdade de Direito. A partir daí, ficaram juridicamente vinculados à nova Fundação Faculdade de Direito de Goiaz. Com o retorno dos docentes, o ambiente acadêmico voltou à tranqüilidade, permitindo que novas articulações fossem feitas, rumo a outro objetivo, a federalização da faculdade.

O ambiente de instabilidade, o desligamento de professores, a proibição de acumulação de cargos públicos, a criação da fundação para "abrigar" a Faculdade de Direito, são marcos do movimento de luta pela federalização da faculdade, o que viria acontecer, por força da Lei n° 604, de 03 de janeiro de 1949. (ALVES, 2000, p. 98)

A criação da Universidade Federal de Goiás

O período compreendido de 1943 a 1949 foi marcado por uma grande movimentação no ambiente acadêmico-administrativo da Faculdade de Direito. Passou-se a cogitar a fundação da Universidade Federal de Goiás.

Olival (1992), tratando das realizações e projetos de Colemar Natal e Silva, no campo da cultura em Goiás, observa que,

> quem quer que se proponha a fazer, com profundidade, estudo e análise conclusivos da realidade atual da universidade, não apenas da nossa, mas, de modo mais abrangente, da uni-

versidade brasileira, terá que encarar, de frente, o aspecto prioritário da interligação da vida universitária com as condições, ou melhor, com as características que a conjuntura, quer pedagógica, quer social e econômica, de hoje, apresentam. (1991, p. 25)

É oportuno registrar que a Igreja Católica se encontrava em plena atuação nos campos político e educacional em Goiás e, de forma segura, marcava sua posição no Centro-Oeste e nos demais estados brasileiros, dentro de uma estratégia político-religiosa, visando naturalmente consolidar e ampliar projetos políticos de sacralização da sociedade e desenvolvimento de novos acordos com os aparelhos de Estado, sob a ótica de uma nova cristandade.

Dom Emanuel Gomes dos Santos encontrava-se à frente de um forte movimento da Igreja, com o objetivo de criar uma universidade de orientação católica em Goiás. Para tanto, fez tramitar tal pedido, nos órgãos competentes do Ministério da Educação, que, de forma surpreendente, foi aprovado, instituindo-se a Universidade de Goiás, inspirada no primeiro Congresso Eucarístico realizado em Goiânia em 1948, posteriormente transformada na Universidade Católica da Goiás (UCG). Dom Fernando Gomes dos Santos, sucedendo Dom Emanuel, deu continuidade à sua obra em Goiás.

Alves destaca a importância do Estado para a consolidação do ensino superior particular, "pois cedeu inúmeras subvenções e privilégios para o setor privado. Até então, no ensino superior, a prática era a do ensino particular, não gratuito, porém auxiliado pelas subvenções estatais." (2000, p.112).

A Faculdade de Direito, que passava a integrar a Universidade Federal de Goiás juntamente com as demais unidades acadêmicas, tinha sede própria situada na Rua 20, n.179, centro (antigo casarão da Rua 20). Posteriormente passou a ocupar as atuais instalações em frente à Praça Universitária.

Alves afirma que:

a trajetória da Faculdade de Direito foi marcada, desde sua criação, pelos embates travados no âmbito estatal e da sociedade civil. As lutas e vitórias conseguidas podem ser computadas como conquistas daqueles que acreditaram ser possível criar e constituir uma instituição de ensino superior e fazer dessa um centro acadêmico capaz de lutar não só por seus interesses, mas também pelos da coletividade. A Faculdade de Direito pode então ser considerada a pioneira em Goiás, mas também uma grande 'guerreira', que conseguiu para si, entre outros, o mérito de ter tido uma contribuição decisiva para a implantação da Universidade Federal de Goiás. (2000, p. 174)

Uma vez criada a Universidade Federal de Goiás, o que ocorreu no final do governo Juscelino Kubitschek, Colemar Natal e Silva (um de seus idealizadores e primeiro reitor), em solenidade realizada em 7 de março de 196l, apressou-se em inaugurá-la, o que ocorreu bem no início do governo Jânio Quadros, que aceitou o convite para proferir a aula inaugural, mas outorgou poderes ao professor Ademar Martins para representá-lo.

Segundo Olival (1992, p. 77), a primeira semana de planejamento contou com a participação de personalidades como Agostinho Silva, Benedito Silva, Darcy Ribeiro, Ernesto de Oliveira Júnior, Walnir Chagas, entre outros educadores. E assim a Universidade Federal de Goiás seguiu firme fazendo sua história. História que se confunde com os ideais, a dedicação, o pensamento político e demais méritos de seus combativos mentores intelectuais. Pode-se afirmar que, nessa trajetória, pôde e poderá a UFG continuar contando com sua centenária Faculdade de Direito na construção de novas perspectivas em prol do conhecimento, da pesquisa científica, da extensão e da organização da cultura.

Referências

ALVES, Miriam Fábia. *Faculdade de Direito: das origens à criação da Universidade Federal de Goiás: 1898-1960*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

CASTRO, Abel Soares de. *Origem dos institutos jurídicos de Goiaz*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1946.

OLIVAL, Moema de Castro e Silva (Org.). *Realizações e projetos de Colemar Natal e Silva no campo da cultura em Goiás*. Goiânia: Cegraf, 1992.

SOUZA, João Oliveira. *Criação e estruturação da Universidade Católica de Goiás: embate entre o público e o privado. 1940-1960*. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

*Adegmar Jose Ferreira é professor das Faculdades de Direito da UFG e UCG, e Juiz de Direito da 10ª vara criminal

Mestrado e Doutorado na UFG

Educação continuada e produção de conhecimento

Mestrados

Agronegócio
Agronomia
Agronomia - Câmpus Jataí
Biologia
Ciência Animal
Ciência da Computação
Ciência e Tecnologia de Alimentos
Ciências da Saúde
Ciências Farmacêuticas
Comunicação
Cultura Visual
Direito
Ecologia e Evolução
Educação
Educação em Ciências e Matemática
Enfermagem
Engenharia Civil
Engenharia do Meio Ambiente
Engenharia Elétrica e de Computação
Filosofia
Física
Geografia
Geografia - Câmpus Catalão
Geotecnia e Construção Civil
História
Letras e Lingüística
Matemática
Medicina Tropical
Música
Odontologia
Química
Sociologia

Novos Cursos de Mestrado

Geografia - Câmpus Jataí
Nutrição e Saúde
Antropologia Social

Doutorado

Agronomia
Biologia
Ciência Animal
Ciências Ambientais
Ciências da Saúde
Ecologia e Evolução
Educação
Física
Geografia
História
Letras e Lingüística
Medicina Tropical
Química

UFG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

CONTRIBUINDO COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A UFG contribui com o desenvolvimento regional produzindo conhecimento. Ao aliar ensino de qualidade e incentivo à pesquisa, a Universidade Federal de Goiás está diretamente envolvida com o progresso da nossa região.

Os projetos de extensão integram pessoas de dentro e de fora da comunidade universitária. Alunos, professores e técnicos-administrativos levam a mais de dois milhões de cidadãos goianos os resultados do ensino e da pesquisa.

É esta a contribuição da UFG ao desenvolvimento de Goiás: formar cidadãos ativos e democratizar o acesso ao conhecimento para transformar a sociedade.

WWW.ufg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UFG